

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Lutando por corações, mentes e credencias: as disputas em torno da regulamentação da
profissão de jornalista no Brasil na primeira década do século XXI

Lerisson Christiam Nascimento

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Lutando por corações, mentes e credencias: as disputas em torno da regulamentação da
profissão de jornalista no Brasil na primeira década do século XXI

Texto apresentado para defesa de tese no curso de
Doutorado em Sociologia do Programa de Pós-
Graduação em Sociologia da Universidade Federal
de São Carlos

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Glória Bonelli

Lerisson Christiam Nascimento

2014

	<p style="text-align: center;">Universidade Federal de São Carlos Centro de Educação e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676 13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673 www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br</p>
---	--

LERISSON CHRISTIAM NASCIMENTO

Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em 14 de outubro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:



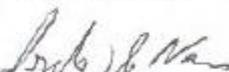
Prof.ª Dra. Marla da Glória Bonelli
Orientador(a) e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCAR



Prof.ª Dra. Cibele Saliba Rizek
Universidade Federal de São Carlos



Prof. Dr. Richard Miskolci Escudeiro
Universidade Federal de São Carlos



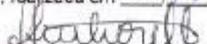
Prof. Dr. Jordão Horta Nunes
Universidade Federal de Goiás



Prof.ª Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Para uso da CPG

Homologado na 52ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 20/11/14


Prof.ª Dra. Jacqueline Sinhcrato
Coordenadora do PPGS

Agradecimentos

Agradeço a minha orientadora Maria da Glória Bonelli, ao grupo de pesquisa Sociologia das Profissões, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e aos membros das bancas examinadoras de qualificação e defesa de tese de doutorado e a CAPES pela concessão da bolsa que permitiu a realização deste trabalho.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria da Glória Bonelli Presidente

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek

Profa. Dra. Maria Tereza Miceli Kerbauy

Prof. Dr. João Horta Nunes

Prof. Dr. Richard Miskolci

Resumo

O objetivo do presente trabalho é mostrar como o jornalismo no Brasil – entre fim do século XX e início do século XXI foi objeto de disputas no campo acadêmico e no âmbito da regulamentação profissional. Mostramos como esses dois processos se relacionam através da relação entre a ideia de profissionalismo e o processo de construção de um saber específico sobre o jornalismo no campo acadêmico nacional.

Abstract

The aim of this paper is to show how journalism in Brazil - between the end of the 20th century and the beginning of the 21st century was the subject of disputes in the academic field and in the scope of professional regulation. We show how these two processes relate through the relationship between the idea of professionalism and the process of building a specific knowledge about journalism in the national academic field.

Sumário

Introdução.....	10
Profissão, profissionalismo e jornalismo.....	17
Regulamentação profissional do jornalismo no Brasil	31
O Jornalismo no campo acadêmico nacional.....	45
Regulamentação profissional e discurso científico	67
Conclusão	79
Referências Bibliográficas	82

Senhores, como se sabe, tentou-se inclusive investigar as influências que a imprensa exerce sobre o cérebro, o problema de quais são as consequências do fato de que o homem moderno tenha se acostumado, antes de iniciar seu trabalho diário, a alimentar-se de um cozido que lhe impõe uma espécie de caça por todos os campos da vida cultural, começando pela política e terminando com o teatro, passando por muitos outros assuntos. Max Weber em Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa de 1910

Introdução

A constatação de Weber sobre o impacto que a imprensa tem sobre o imaginário das pessoas continua atual, apesar de mais de 100 anos. Continuamos nos interessando pelo impacto que esse fenômeno causa nos cérebros e comportamentos das pessoas.

O que mudou ao longo das décadas foram as formas através das quais nós nos relacionamos com os conteúdos produzidos: mudaram os meios, mas as mensagens ainda são centrais. No texto de 1910, Weber traça diversas considerações sobre as diferenças culturais nos modos de produzir e consumir notícias - a matéria-prima da imprensa - mas também das diversas relações de poder aí estabelecidas, e se pergunta sobre a procedência, a formação e os requisitos que um jornalista moderno deve ter em seu exercício profissional. Nosso trabalho está preocupado com esse último ponto, a formação profissional daqueles que trabalham na imprensa, sobretudo com jornalismo no Brasil.

Com a mudança nas formas de consumir e produzir conteúdo jornalístico após o advento da internet – e mais recentemente das redes sociais – a diferença entre jornalismo e entretenimento, entre fato e opinião - ou mesmo boato e verdade – está cada vez mais complexa.

Nosso ponto de partida da problematização que desenvolvemos aqui tem relação direta com essas transformações: o fim do século XX e os primeiros anos do século XXI. É nesse período que começamos a ver mudanças consideráveis nas características da produção e consumo de notícias.

Nossa tese é de que ocorre nesse período no Brasil, um investimento na legitimação de uma expertise jornalística específica, que não ocorria com a mesma intensidade e forma nas décadas anteriores. Centramos nossa análise em dois momentos: um dedicado a compreensão da relação entre profissionalismo – e sua consequente institucionalização – e as noções de mercado e Estado; num segundo momento nos dedicamos ao Jornalismo enquanto carreira e a sua recente tentativa de especialização na academia.

As noções de profissão e profissionalismo são centrais pois é através delas que os atores envolvidos nesse processo montam sua base de argumentação, tentando demonstrar que existe um saber específico relacionado à prática do jornalismo e que este deve ser regulamentado, não permitindo o exercício da profissão sem uma formação acadêmica específica na área. Os valores associados à ideia de profissionalismo como expertise, ética profissional, objetividade, confiança e verdade são elementos centrais na discussão epistemológica sobre o jornalismo como forma de conhecimento.

De acordo com Garcia (2009) os jornalistas compõem um dos grupos ocupacionais mais envolvidos com a chamada economia de conhecimento que surge na esteira da crise do modelo fordista de produção e consumo. Podemos traçar em linhas gerais duas consequências desse fenômeno: uma que diz respeito ao tipo de jornalismo praticado; outra que corresponde às novas formas através das quais o trabalho e a organização das relações de trabalho se configuram.

No entanto, para o autor, um elemento subjaz esses processos – a mercantilização da informação, do conhecimento e das relações de trabalho. Os pressupostos da autorregulação e do modelo empresarial são o molde dessa sociedade baseada na economia de conhecimento. Esse fenômeno influencia a construção de uma identidade ocupacional dos jornalistas e diz respeito a um determinado tipo de interpretação da ideia de profissionalismo.

O debate sobre profissionalismo está às voltas com diversas problemáticas que vão da relação com o surgimento do Estado-nação às discussões de gênero que surgem na segunda metade do século XX, o que demonstra a força desse discurso que se mantêm ao longo do tempo e dessa forma de organização do trabalho na sociedade contemporânea.

O debate que envolve a relação entre Jornalismo e profissionalismo – como discurso e como forma de organização do trabalho – perpassa a relação dessa ocupação com o mercado, com o Estado e com a ciência. No caso brasileiro, a discussão acerca da obrigatoriedade do diploma de jornalismo como credencial para o exercício profissional ainda está em pauta no Congresso Nacional, mesmo após decisões judiciais que estabeleceram a não obrigatoriedade do diploma, com base no argumento de que sua exigência seria conflituosa com a liberdade de expressão.

A decisão tomada no Congresso Brasileiro de Jornalistas em 2010, com apoio da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ – de não sindicalizar e de não emitir carteiras para não diplomados, mostra como andam as discussões acerca da

regulamentação dessa profissão e sobretudo como o sindicato tem adotado cada vez mais um discurso associado ao que chamamos de profissionalismo.

Procuramos então estabelecer a relação entre as disputas pela regulamentação da carreira de jornalista no mercado de trabalho com o processo de fortalecimento de sua identidade enquanto área de saber no campo acadêmico nacional. Mostramos como um tipo específico é utilizado nas disputas para a construção de carreiras acadêmicas de elite, autônomas em relação à Comunicação Social. Nossa análise recai sobre as disputas para alcançar ou impedir tal objetivo.

Nosso interesse é compreender os percursos para a valorização de um ramo específico de ensino/pesquisa na pós-graduação brasileira, no caso o Jornalismo, frente à comunidade acadêmica nacional, tanto do ponto de vista epistemológico como do ponto de vista institucional. Apresentamos os discursos utilizados nessas disputas em busca de legitimidade e status na área de conhecimento, bem como os locais institucionais de onde partem esses discursos, com foco na Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJor.

Nosso argumento é de que as disputas em torno da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão de jornalista – que implica uma determinada visão de profissão e profissionalismo – em conjunto com a expansão do sistema acadêmico nacional, que possibilita o desenvolvimento de carreiras nesse setor, impulsiona um processo de construção de saberes que toma o jornalismo como uma forma de conhecimento científico.

Nesse sentido, procuramos inverter o olhar comumente lançado pelas Ciências Sociais em geral para o jornalismo. A maior parte das análises desenvolvidas tem como foco o exercício da profissão, seja abordando as condições de trabalho ou em sua relação com outros espaços como o político, econômico e cultural. Procuramos abordar o jornalismo a partir da relação entre sua regulamentação profissional e os discursos científicos que o tomam como objeto.

Mostramos o caminho através do qual ocorre esse processo: que se inicia nas disputas acerca de sua identidade ocupacional no mercado de trabalho e chega até o espaço da academia, onde o jornalismo é tomado como forma de saber, configurando uma área específica com autonomia e identidade frente ao campo acadêmico nacional.

A análise da produção de conhecimento, legitimada por uma comunidade acadêmica ou científica, e as características de determinados grupos profissionais é relevante pois tais grupos se desenvolveram historicamente através da ideia de posse de conhecimento enquanto capital político e econômico. Não qualquer conhecimento, mas sim aquele baseado na técnica, na racionalidade científica e instrumental, a ser utilizado nas relações com um público consumidor, leigo para assuntos tão específicos, que seriam passíveis de controle estatal para sua operacionalização.

Giddens (1991) retrata esse fenômeno através da noção de sistemas peritos, centrais na conformação das relações sociais. Estes são sistemas de excelência técnica e competência profissional. Surgem como resultado do aumento em conhecimento técnico e a consequente especialização proveniente das revoluções científicas. Os sistemas peritos não dependem do tempo e espaço, já que o conhecimento científico se

afirma como “universal”. Assim eles podem estabelecer relações sociais desencaixadas, ao longo do tempo e espaço. Estes sistemas criam seus grupos de experts e conhecimento, com um número cada vez maior de especializações, consequentemente criam também uma legião de leigos e assim se inserem cada vez mais na vida cotidiana dos indivíduos, o que faz com que o profissionalismo ganhe cada vez mais importância na forma de organização social.

O profissionalismo enquanto discurso e como forma institucionalizada de organização do trabalho expõe a relação conflituosa entre leigos e especialistas, historicamente um dos pilares da ideia de profissionalismo é a relação de confiança entre profissionais e clientes. O problema de pesquisa que levantamos aqui está calcado nesse conflito: delimitação de fronteiras, disciplinarização de saberes e construção de aparatos institucionais para o desenvolvimento de uma carreira: a construção do jornalismo como um saber acadêmico, como um objeto de estudo e fenômeno social. Isso implica o desenvolvimento e legitimação de uma expertise, e de seu uso na esfera pública.

Estamos analisando dois processos: um de profissionalização e outro de construção de um saber jornalístico ligada à uma visão de ciência. Selander (1990) mostra que não necessariamente estes processos andam juntos. Pode haver um processo de profissionalização sem um processo de criação de um corpo de conhecimentos específicos e legitimados pelo discurso científico de uma ocupação.

O processo de profissionalização pode incluir esse movimento de construção de saberes, mas este último não necessariamente incluiria um processo de

profissionalização. Podemos questionar essa afirmação com base na ideia de que uma comunidade científica também corresponde a um processo de profissionalização no sentido de delimitação de fronteiras com exigência de credenciais e existência de aparatos institucionais que regulam direta ou indiretamente a prática de produção de conhecimento. Mais ainda quando a comunidade em questão pretende ser o braço acadêmico de um movimento maior, cujo objetivo é ter o controle ocupacional de uma área no mercado de trabalho. Sendo assim, no caso ao qual nos dedicamos, identificamos um processo de profissionalização – ou tentativa de – que subjaz um processo de construção de uma expertise.

Capítulo 1

Profissão, profissionalismo e jornalismo

I

Como mostra Halliday (1999), as análises que tomam profissão e profissionalismo como conceito, giram em torno de duas problemáticas complementares que estão preocupadas com as motivações dos indivíduos: uma que se dedica à noção de “fechamento de mercado”, ou seja, busca por monopólio da profissão no mercado de trabalho; e outra que elege como eixo a busca por status – e o conseqüente processo de estratificação social - dos agentes envolvidos com grupos profissionais e processos de profissionalização. Nossa preocupação aqui está centrada na primeira, partindo da noção do papel mediador que o fenômeno profissional toma nessas análises sociológicas.

Durkheim (1999) a partir de uma análise inicial sobre agrupamentos profissionais como bolsões remanescentes de uma economia moral e Parsons (apud: HOLMWOOD: 2006), a partir da noção de complexos profissionais como um fenômeno do capitalismo moderno, lançam as bases para a discussão do papel do fenômeno profissional como intermediário entre a lógica de mercado e a lógica de Estado.

Nessas análises, a ideia de “comunidade” está associada a grupos profissionais, estes teriam papel decisivo na organização tanto do Estado como da sociedade civil, tendo aí a base de seu poder agregador e mediador. Como mostra Coelho (1999), por exemplo, descrevendo a importância que advogados franceses,

alemães e italianos tiveram na codificação das leis nos séculos XVIII e XIX atendendo aos anseios da burguesia então ascendente, da qual faziam parte:

Tratava-se tanto de substituir os privilégios da aristocracia da velha ordem por direitos do indivíduo, quanto de limitar o arbítrio dos monarcas. Tratava-se, em síntese, de implementar a agenda liberal da *rule of Law*, da liberdade individual, dos direitos civis e da representação política”. (...) “Não foi por acaso que na França da Terceira República, a do regime burguês e liberal por excelência, tenha sido também chamada de República dos Advogados” (COELHO: 1999 p.181;182).

Essa relação dos homens com seu trabalho, baseada numa matriz comunitária, proporcionaria uma noção de finalidade para as atividades executadas. Para Durkheim e Parsons essa forma de organização do trabalho seria imprescindível para a manutenção de uma organização moral da sociedade, unindo os indivíduos em torno de objetivos agregadores, contrapondo-se ao utilitarismo individualista do mundo da economia.

Em *Da Divisão do Trabalho Social* (1999), Durkheim se pergunta sobre o papel que os agrupamentos profissionais desempenham no mundo contemporâneo. Traçando rapidamente a história das corporações de ofícios - as quais chama de organizações profissionais - através do Império Romano e Idade Média, ele se pergunta se essa instituição ainda seria relevante.

Construindo um paralelo entre instituição familiar e organização profissional – inclusive considerando que a segunda poderia substituir a primeira – Durkheim advoga que os laços que unem os indivíduos que se dedicam a uma mesma atividade profissional são antes morais que econômicos. A associação profissional –

uma adaptação das antigas corporações de ofícios – teria o papel de fazer com que os indivíduos desenvolvessem cuidado mútuo. As corporações teriam esse papel, adotando funções desempenhadas pela família e mesmo pela religião. Uma corporação ou grupo profissional seria formado “por todos os agentes de uma mesma indústria reunidos e organizados num mesmo corpo” (idem, p. XI).

Sindicatos de patrões e empregados não seriam capazes de criar agrupamentos morais, pois atuariam dentro da lógica econômica, onde o mais forte consegue estabelecer as regras, assim não haveria legitimidade e sim um permanente estado de tensão. O Estado tenderia a sufocar essas relações, pois não teria a mesma agilidade para administrar a crescente e contínua especialização econômica.

Com a maior complexidade das sociedades capitalistas, segundo Durkheim, as associações profissionais poderiam se transformar em unidade política fundamental do Estado, sendo que o processo de representação política deveria ocorrer por meio de profissões e não mais através de unidades territoriais.

A sociedade, em vez de continuar sendo o que ainda é hoje, um agregado de distritos territoriais justapostos, tornar-se-ia um vasto sistema de corporações nacionais. De vários horizontes, vem o pedido de que os colégios eleitorais sejam formados por profissões, e não por circunscrições territoriais, sendo certo que, dessa maneira, as assembleias políticas exprimiriam exatamente a diversidade dos interesses sociais e suas relações; elas seriam um resumo mais fiel da vida social em seu conjunto. Mas dizer que o país, para tomar consciência de si, deve se agrupar por profissões, porventura não é reconhecer que a profissão organizada ou a corporação deveria ser o órgão essencial da vida pública? (idem, p. XXXVI)

Durkheim propõe, no sentido mais político que sociológico, que o agrupamento profissional seria a célula da sociedade, sendo o espaço onde os indivíduos

produziriam legitimidade - através de relações sociais baseadas no princípio de comunidade - para o espaço público, tanto da política quanto do mercado.

Parsons, também utiliza o fenômeno profissional como substrato para analisar as relações sociais a partir de outro prisma que não o economicista (utilitarismo), (RODRIGUES: 2002). Para ele, as profissões e os profissionais seriam orientados por motivações altruísticas, além das econômicas.

Ao contrário de Durkheim que aposta nas organizações profissionais como saída para o possível estado de anomia de uma sociedade baseada única e exclusivamente nos princípios de mercado - ele procura mostrar como esses grupos estão institucionalizados e seu papel no processo de desenvolvimento das sociedades modernas. Os grupos profissionais seriam a “síntese da eficácia econômica e da legitimidade cultural” (idem, p. 7), baseados na noção de altruísmo.

Para Parsons, o altruísmo é institucionalizado, essa noção teria a função de preservar a relação profissional-cliente do princípio economicista (utilitarista). Para ele, as profissões possuem um tipo particular de autoridade, sua legitimidade não estaria baseada no status social e sim numa funcionalidade apoiada em competência técnica específica somada a ideia de altruísmo. Chegamos assim às credenciais e as associações profissionais e educacionais envolvidas no processo de institucionalização de um grupo profissional. Esses elementos institucionais surgem como marcas distintivas de um grupo profissional em relação a outros grupos ocupacionais, os últimos relegados a lógica não altruística do mercado e repressiva da burocracia (FREIDSON: 2001).

Derivando sua análise da relação médico-paciente, Parsons mostra que há uma “reciprocidade assimétrica” - o profissional é um expert, o cliente é leigo - sendo assim, seria necessário que a relação entre eles fosse baseada na confiança. A relação autoridade/confiança só poderia ocorrer fora dos princípios economicistas, pois estes levariam a exploração máxima do profissional sobre o cliente. A institucionalização dessa relação ocorre através de associações e colegiados que têm o papel de guardiões do altruísmo, e elas são legitimadas pelo Estado que lhes dá licença para atuarem como ordenadoras dessas esferas. “A assimetria da relação e o potencial risco de exploração são geradores de um sistema de controlo social suportado pela ideologia e pela mística do profissionalismo” (RODRIGUES: 2002; p. 9).

O importante para Parsons (1954) é o desenvolvimento dos mecanismos de legitimidade social que possibilitam a existência de um fenômeno que, em tese, estaria na contracorrente da visão economicista e é um dos pilares, em sua visão, dos países desenvolvidos. O estudo da relação entre estrutura social e ação social via profissões ajudaria a compreender a problemática da diferença entre agir altruisticamente e agir de maneira egoísta: a segunda baseada em princípios de mercado (o mundo dos negócios); a primeira em princípios de cooperação (o mundo profissional).

Tal modelo de análise funcionalista que tomou as profissões como elementos quase naturais e os processos de profissionalização como determinados a seguir um mesmo rumo, o da institucionalização, passa a ser questionado por várias vertentes que se dedicam a análise sociológica dos grupos profissionais a partir dos anos 1960, mas o fenômeno da formação e regulamentação profissional continua central.

Larson (1977), por exemplo, relaciona regulamentação profissional a um projeto de ascensão social, dando destaque às disputas por status por meio de competição por mercado. Ao analisar profissões como Direito e Medicina nos Estados Unidos e Inglaterra, a autora mostra como estas conseguiram estabelecer um monopólio legal sobre suas práticas, ou seja, conseguiram estabelecer uma reserva de mercado estabelecendo uma diferenciação entre aqueles que passaram por treinamento específico para prestar serviços e aqueles que não passaram por tal processo.

Reconstruindo historicamente o processo do surgimento dessas profissões, a autora mostra como o sistema profissional moderno surge a partir da mudança na forma de credenciamento e na maneira como os clientes passam a ver e consumir serviços dos profissionais, a posição diferenciada desses grupos estava baseada também no fato de que não estavam explorando mercados já existentes e sim criando mercados.

Os serviços associados à Medicina e ao Direito mais rentáveis eram então prestados pelas elites aristocráticas e consumidos por elas mesmas. Com o aumento da escolaridade, expansão do ensino superior, separação entre lugar de formação e espaço de trabalho, e melhoria econômica das então “novas classes médias”, o sistema educacional passou a ter um peso cada vez maior na prestação destes serviços em detrimento da posição social dos clientes e prestadores de serviço. A disputa pelo monopólio da prática se associa a uma espécie de democratização do mercado e ascensão social, onde profissionais que não faziam parte das elites aristocráticas passaram a poder prestar seus serviços a estas.

O sistema de recrutamento via treinamento escolar se fortalece, em parte pelo aumento da democratização e valorização do ensino superior e do papel cada vez mais central da ciência na sociedade. Estabeleceu-se um novo “padrão universal”, o que a autora chama de uma nova ideologia, que legitimava esse novo tipo de prestação de serviço baseado no conhecimento específico, *expertise*. O sistema de recrutamento – via formação escolar – se transforma em estratégia de fortalecimento contra as elites profissionais tradicionais. A forma como os indivíduos adquiriam sua *expertise*, passa a ser uma commodity a ser negociada em um mercado.

Collins (1990), por sua vez, mostra que grupos profissionais tradicionais, como Direito e Medicina, procuram por meio do status social de seus integrantes produzir símbolos “sagrados” acerca de seu trabalho cotidiano, utilizando assim o status de seus praticantes como mais uma barreira para a prática profissional.

Bourdieu (1995) critica o uso de “profissão” como conceito sociológico pois considera que ele não passa de um fenômeno retirado de seu contexto social e usado como ferramenta de análise sociológica. Para ele, é um conceito pré-fabricado da sociologia de tradição anglo-saxã que o empresta diretamente de sua estrutura histórica e que não seria suficientemente crítico, escondendo todo o aparato de desigualdades sociais e violência simbólica presentes no sistema profissional.

Evetts (2006) problematiza essas formas de análises sobre profissões, mostrando que atualmente muitos pesquisadores estão aceitando a “incerteza conceitual” em relação ao termo profissão, ou antes, estão menos preocupados em definir o que é ou não uma profissão e qual a natureza teórica da discussão e partindo

para uma reavaliação do profissionalismo como um valor, procurando deixar de lado as discussões sobre fechamento de mercado como paradigma de pesquisa.

Para a autora, o relevante seria pensar o profissionalismo como um mecanismo para o controle do trabalho e dos trabalhadores em diversos contextos organizacionais, não sendo mais importante distinguir profissões de outras ocupações. Parte-se do pressuposto de que são formas sociais similares que possuem muitas características em comum.

Nos anos 1990, pesquisadores começaram a problematizar a importância do profissionalismo e sua positiva contribuição para clientes e praticantes, bem como para a sociedade. Até certo ponto, seria um retorno às primeiras análises, ao profissionalismo como um valor positivo para a sociedade, mas há novos elementos (EVETTS: 2006, p.136).

Essa nova direção, o retorno do profissionalismo como um valor, tem o sentido de juntar o tema do controle do mercado e da posição social com uma forma distinta de controle ocupacional descentralizada ou “comunidade ocupacional moral” que poderia ser importante para a sociedade civil. O principal pesquisador dessa vertente seria Freidson (2001), ao advogar sobre as vantagens da regulação do mercado pelo modelo profissional em contraposição ao modelo burocrático e de mercado.

Para Evetts (2006) essa concepção está baseada no princípio de que a perseguição dos interesses próprios seria benéfica para o espaço público. Esse tipo de abordagem renova o interesse pelo papel do Estado e sua relação com as profissões, sendo resultado de um novo olhar para as evidências históricas sobre o paralelismo

entre o surgimento do Estado-nação e do modelo de organização profissional do trabalho na segunda metade do século XIX.

Para a autora, há um uso extensivo do discurso do profissionalismo em uma grande variedade de ocupações e lugares de trabalho para além daquelas que possuem o modelo ocupacional de organização, tomamos aqui sempre como exemplos o Direito e a Medicina. Fidalgo (2008), por exemplo, mostra que o discurso do profissionalismo é marcante no mundo do esporte, mesmo sem este ter o que chamamos de instituições do profissionalismo: a necessidade de credenciais específicas, formação escolar prolongada e conselhos regulamentadores da prática profissional. Para a autora, isso requer uma nova abordagem, pois o profissionalismo como discurso surge em diferentes contextos organizacionais e institucionais das relações de trabalho.

O profissionalismo começa a ser usado como discurso para promover e facilitar mudanças no mundo do trabalho. Quando há necessidade de melhorar a qualidade dos serviços, diminuir custos, quando os objetivos das atividades são mais específicos, ou é necessário aumentar a competitividade, normalmente se lança mão da ideia de profissionalizar o serviço. Mas isso não significa necessariamente aumento de salário e status, como é associado às profissões como Direito e Medicina. Essa noção de profissionalismo começou ser empregada por gerentes, supervisores e empregadores no processo de mudança ocupacional e racionalização, induzindo a autodisciplina dos trabalhadores na condução do seu trabalho. É um uso diferente do discurso que se originou nas associações de médicos e advogados.

As análises com esse enfoque são baseadas nos conceitos de legitimidade e normalização de Foucault. É a interpretação do profissionalismo enquanto um mecanismo disciplinar, usado para definir condutas e práticas nos novos contextos ocupacionais. Alguns autores, segundo Evetts (2006), classificam esse fenômeno como um “governo à distância”.

Para nossa análise, as ideias de profissão e profissionalismo apresentadas pelos autores e autoras acima é central, pois o que analisamos neste trabalho está centralmente envolvido com as várias interpretações dadas às ideias de profissão e profissionalismo. As disputas em torno da regulamentação profissional do jornalismo no Brasil ocorrem – nos discursos aqui analisados – não somente em torno da natureza do jornalismo, mas também daquilo que se define como profissão e profissionalismo nos campos acadêmico e jurídico.

Especificamente para o contexto brasileiro, Coelho (1999) mostra que existem estruturas jurídicas distintas quando se trata da regulamentação, por parte do Estado, das relações de trabalho. Há decretos e leis dedicados especialmente à regulamentação dessas atividades consideradas importantes para o “bem comum” da sociedade.

O artigo 5º da Constituição de 1988 garante a igualdade de todos perante a lei, brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil, sem distinção. Assegura a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade. São elencados 78 incisos que versam sobre as especificidades dessas garantias, um deles em

especial é importante para nossa discussão, o inciso XIII. Este assevera que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”.

O trecho “atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” abre espaço para disputas políticas pois são fruto de legislação ordinária, tendo o Congresso Nacional papel central nesse processo. Dadas às características do sistema de regulamentação de relações de trabalho no Brasil - que possui algumas leis regulamentares criadas no regime militar (1964-1985) ainda em vigor, há disputas no judiciário acerca da legitimidade de tais regulamentações, esse era o caso da ocupação de jornalista.

II

O jornalismo está em crise. Para Starr (2012) esta é uma crise inesperada. Segundo esse autor, no começo dos anos 1970 as teorias da sociedade pós-industrial visualizavam um futuro promissor para os setores envolvidos com produção de conhecimento e informação, entre eles o setor do jornalismo. Essas teorias sociais e políticas testemunharam o nascimento da democracia e da economia da informação. Além dos pesquisadores, também executivos e profissionais do setor de mídia, compartilhavam desse otimismo e investiram pesado no setor, sobretudo nas últimas décadas do século XX.

Como outras ocupações ligadas à produção de conhecimento, o jornalismo testemunhou forte expansão entre as décadas de 1970 e 1990, e ainda segundo Starr (2012), os valores de liberdade de expressão, informação e imprensa tornaram-se mais

relevantes com o “surgimento” de democracias ao redor do mundo. No entanto, esse setor estaria em declínio nos últimos anos. Preocupado com o impacto do surgimento e massificação dos mecanismos de comunicação digitais sobre a política, o autor constrói seu argumento a partir da relação de interdependência de três elementos: liberdade de expressão; liberdade de informação; e liberdade de imprensa.

A primeira como sinônimo de opinião, a segunda como processo no qual informações inacessíveis se tornam acessíveis, e a terceira como a existência de um ator político forte em um espaço democrático. A liberdade de imprensa estaria sendo minada pela atual crise no setor de mídia, essa crise está associada a inflexão para o setor digital e é caracterizada pelo autor como econômica, com consequências políticas.

Enquanto a revolução tecnológica promove maior liberdade de expressão e informação, ela teria efeitos complexos na liberdade de imprensa. A revolução digital teria sido positiva para a liberdade de expressão, pois possibilitou um maior número de vozes diferentes na esfera pública. Foi importante também para a liberdade de informação, pois tornou documentos e atividades do governo mais acessíveis. Tem criado uma cultura que demanda transparência de instituições política e economicamente importantes, mas tem efeitos controversos na liberdade de imprensa.

Para compreendermos o argumento do autor é importante compreendermos dois de seus pressupostos: o primeiro é que a informação, incluindo a notícia, é um bem público e este tende a ser produzido em baixa escala em um setor dominado pela lógica de mercado; o segundo é que quanto mais vulnerável economicamente, mais fraca politicamente a imprensa será. Esses pressupostos são importantes para entendermos o

argumento de que a liberdade de imprensa estaria sendo enfraquecida. Com o advento dos computadores pessoais e dos dispositivos móveis, os custos de produção e circulação de notícias diminuíram drasticamente, com isso atores que antes tinham pouco acesso a um público amplo começaram a ganhar espaço. Os antigos mecanismos de gatekeeping, começam a desmoronar ou ganhar novos contornos, a lógica de produção e circulação de notícias passa a ser afetada e conseqüentemente seus mecanismos de poder político e econômico. O público está cada vez mais fragmentado, esse é o eixo central de todo o debate sobre o impacto das novas tecnologias digitais na circulação de informação e notícias.

Sendo assim o jornalismo, tal qual o conhecíamos estaria morrendo. A narrativa sobre o fim do jornalismo tem sido a tônica do debate sobre a ocupação no início do século XXI. Örnebring (2009) procura mostrar como essa narrativa sobre o fim do jornalismo no Ocidente pode ser produtiva para a compreensão do próprio jornalismo. Ele identifica duas visões que aparecem como razões para esse declínio: por um lado a que argumenta que os jornalistas estão ignorando seu papel profissional e assim enfraquecendo sua atividade por perda de legitimidade diante do público; por outro a visão de que o jornalismo está sofrendo pressões externas: a busca pelo lucro, a formação de monopólios, a convergência tecnológica, a interferência governamental e um mercado de trabalho cada vez mais flexível seriam as causas do declínio da ocupação.

Aldridge (1998) contesta essa visão. A autora argumenta que a discussão sobre o fim de uma “era de ouro” do jornalismo, pode ser interpretado como uma preocupação masculina, devido ao fato de que cada vez mais mulheres estão entrando

na profissão, podemos perceber esse fenômeno no Brasil. Independentemente da causa desse “declínio”, Örnebring (2009) identifica a noção de profissionalismo como central nesses argumentos. É o profissionalismo que de uma maneira ou de outra estaria sendo atacado e é o próprio profissionalismo que teria força para combater esse declínio.

A preocupação com o declínio do jornalismo é na verdade preocupação com o declínio profissional do jornalismo, tanto enquanto um modelo de organização ocupacional que busca estabelecer credenciais para o exercício da profissão, quanto dos discursos do profissionalismo enquanto um ethos da prática cotidiana da profissão. Mostramos nos próximos capítulos como se dão as disputas em torno dessas ideias de profissão e profissionalismo no campo jurídico e acadêmico. O primeiro ligado aos dispositivos legais necessários para o exercício da profissão, o segundo preocupado com o status do jornalismo enquanto um saber específico, passível de regulamentação do exercício da profissão por parte do Estado.

Capítulo 2

Regulamentação profissional do jornalismo no Brasil

O surgimento do jornalismo no país esteve marcado por suas relações com a política e a literatura. Inicialmente era considerada uma ocupação provisória, intermediária entre as almejadas posições nesses espaços. Ainda não se configurava como uma profissão, com a posse de uma expertise específica e uma regulamentação do tipo ocupacional e um mercado de trabalho estruturado.

Para Petrarca (2010), ela surge associada a um projeto político de construção da nacionalidade: o repórter é aquele que vai “descobrir o Brasil”. Nos Estados Unidos a figura do repórter, ao contrário, surge associada ao domínio de uma expertise e a um comportamento pautado pela objetividade e neutralidade.

A primeira legislação sobre a profissão de jornalista no país foi criada em 1938 durante o governo de Getúlio Vargas. O objetivo era regulamentar as atividades dos “homens de imprensa”. Deu-se num contexto ditatorial, onde o Estado procurava controlar a Imprensa e a Propaganda. A regulamentação da profissão ocorreu no bojo de uma série de mudanças implementadas pelo então governo - considerado o principal agente do desenvolvimento e modernização da nação - com o objetivo de regulamentar as relações de trabalho no país.

O jornalismo passa a ser visto de maneira empresarial somente a partir do processo de industrialização que ocorreu no país nas primeiras décadas do século XX. Acompanhando o processo de industrialização do país, nascem as primeiras empresas

jornalísticas que, a exemplo das experiências europeias e norte-americanas, mantém jornais como fonte não apenas de poder político, mas também de lucro.

O jornalismo assume, portanto, uma estrutura operacional típica das empresas capitalistas, caracterizando-se por uma maior longevidade. São organizações que se mantêm com recursos provenientes da publicidade pública e privada, mas que, diante das limitações do capitalismo periférico, não podem se dar ao luxo de dispensar os subsídios estatais.” (MARQUES DE MELO: 2006; p. 84)

Até o golpe de 1964, os meios de comunicação no Brasil (rádio, televisão, jornais e revistas) estavam em plena transição. Além do fortalecimento empresarial impulsionado pela industrialização e desenvolvimento econômico do país, fatores políticos como a democratização após a Segunda Guerra, e o incentivo do Estado Novo para a regulamentação de diversas ocupações, entre elas o jornalismo, levaram a uma alteração drástica do cenário do exercício da profissão.

O papel do Estado nesse processo é central, pois passa a ser considerado promotor do desenvolvimento e sua atuação está associada a um projeto de nação para o país (CEPEDA: 2006), há uma intersecção entre os projetos político e econômico que afetam a regulamentação das ocupações.

Nesse período, surgem novas formas de gerenciamento das empresas de comunicação, com o início da gestão de propaganda. Para Lattman-Weltman (2003), a profissionalização do jornalismo no Brasil foi “responsável por importantes inovações e pelo avanço de uma concepção mercadológica de empreendimento jornalístico” (idem: p. 133).

Descrevendo o processo de transformação da imprensa carioca nos anos 1950, Barbosa (2007) mostra que desenvolvimentismo e modernização também se tornaram palavras de ordem nas redações dos jornais diários. A década de 1950 é retratada como a mais importante no processo de modernização do jornalismo no Brasil devido a uma série de mudanças técnicas e organizacionais que afetaram o trabalho dos jornalistas. Essa conjuntura histórica favoreceu a emergência e fortalecimento do discurso da objetividade no jornalismo brasileiro.

“O Pompeu trouxe pra cá o que se fazia nos Estados Unidos – o copy-desk. Começava a nova imprensa. Primeiro, foi só o Diário Carioca; pouco depois, os outros, por imitação, o acompanharam. Rapidamente, os nossos jornais foram atacados de uma doença grave: - a objetividade. Daí para o idiota da objetividade seria um passo. (...) Eis o que eu queria dizer: - o idiota da objetividade inunda as mesas de redação e seu autor foi, mais uma vez, Pompeu de Souza. Aliás, devo dizer que o copy-desk e o idiota da objetividade são gêmeos e um explica o outro” (RODRIGUES, 1977: 65 apud Barbosa: 2007, p. 150)

Essa foi a crítica de Nelson Rodrigues às mudanças que vinham ocorrendo na imprensa, que procuravam transformar a notícia em um produto envolto numa aura de neutralidade e objetividade. Para Barbosa (2007), por meio dessas mudanças, o jornalismo procurava construir uma identidade própria que se diferenciava da literária num processo de busca por autonomia do campo. A ideia de objetividade e neutralidade, operacionalizada por meio das novas técnicas de redação e reportagem, dava ao jornalismo a autoridade de ser a única esfera que poderia decifrar o mundo para o leitor, os jornais ganham a autoridade do discurso factual.

Nos anos Juscelino Kubitscheck, o jornalismo toma para si a imagem de porta-voz da modernização, baseando-se para tanto na ideia de que espelha o mundo através de sua técnica objetiva e neutra. Ganha do público a confiança de ser o espaço legítimo para a difusão da informação, mantendo, ainda assim, sua carga opinativa (BARBOSA: 2007).

Durante o período militar, entre as décadas de 1960 e 1980, houve alto investimento por parte do Estado, no sistema de mídia brasileiro, o que contribuiu para sua modernização tecnológica e para a manutenção da estreita relação com o poder público.

Se a relação do jornalismo com a literatura diminui, ela aumenta com o mercado e com o Estado, tornando-se cada vez mais complexa. No fim dos anos 1960, mais especificamente em 1969, ocorre a promulgação do Decreto-Lei nº 972 (NEVES: 2000) que tornou obrigatório o diploma em curso superior de jornalismo e regulamentou a profissão, codificando as regras de conduta dos jornalistas. Tal decreto impulsionou um movimento de mudança no tipo de treinamento vocacional da profissão.

Segundo Abreu (2002) - analisando a formação de jornalistas que atualmente ocupam cargos de direção ou prestígio na “grande imprensa” que iniciaram suas carreiras nas décadas de 1970 e 1980 - há um aumento no número daqueles que concluíram cursos superiores em jornalismo em relação àqueles que concluíram outros cursos ou não concluíram nenhum curso superior. Na geração anterior, a do pós-guerra, o número dos que concluíram jornalismo era bem menor, seja porque ainda não havia

muitas escolas de jornalismo, seja porque o diploma ainda não era considerado elemento importante.

Na Era Vargas, a institucionalização de um quadro legal esteve ligada a uma estratégia dos intelectuais (entre eles escritores e jornalistas) para influenciar o Estado na tentativa de “criação” de uma identidade nacional em um processo de integração do país. Nesse sentido, havia sintonia política entre o grupo profissional e o Estado, a organização legal do grupo lhes dava maior poder de influência política dentro do aparelho estatal (PETRARCA: 2010).

No fim do período militar, últimos anos da década de 1970 e início dos anos 1980, o estabelecimento de limites jurídicos da profissão estava, ao contrário, ligado a uma posição de confronto com o Estado, a profissionalização foi vista como uma estratégia de combate à ditadura. Para Abreu (2003), a profissionalização poderia ser pensada como estratégia política na medida em que o estabelecimento de uma autonomia sobre determinada área de atuação poderia ser visto como um recurso para a ação política autônoma, uma forma de se distanciar do Estado repressor. A profissionalização, assim, teria permitido formas de engajamento político em uma conjuntura de pouca liberdade.

Essa afirmação pode parecer contraditória para os que entendem que o profissionalismo está baseado na prática e em valores não partidários e não-ideológicos. Mas, quando se atribui ao profissionalismo uma ampla liberdade de comportamento e se incluem as estratégias de atuação em uma conjuntura não democrática, é possível aliar profissionalismo a posição ideológica e ligação partidária (ABREU: 2002; p. 31).

Nesse período, ainda segundo Abreu (2002), com o desenvolvimento da indústria cultural no país, há uma ampliação das demandas do mercado, surgindo assim diferenciações na própria área de trabalho. Isso impulsionou a organização desse espaço, limitando a concorrência com a exigência do diploma universitário para exercer a profissão.

A partir dos anos 1980, Barbosa (2007) mostra que são várias as transformações pelas quais passa a imprensa brasileira. Entre as mais importantes estão a emergência das editorias de Economia como as mais importantes em diversas publicações, o desenvolvimento do “jornalismo investigativo” e uma radicalização da ideia de “jornalismo cidadão”, construindo a imagem de que o jornalismo deve ter uma utilidade social ligada diretamente aos interesses cotidianos dos cidadãos.

A autora ainda aponta a proliferação de cadernos especializados e de colunas de pequenas notas em jornais diários, como fenômenos editoriais marcantes nos últimos 20 anos. Os anos 1980 representam uma opção do jornalismo pela sua vertente técnica. O jornalismo implementado empresarialmente torna-se economicamente rentável. Tais elementos corresponderiam a uma estratégia discursiva da imprensa que procurava, por um lado, aumentar sua legitimidade diante do público por meio da idealização de um jornalismo cidadão preocupado com as principais questões que afligiam e ainda afligem o país (economia e corrupção); e por outro, antenado com as novas formas editoriais diretamente relacionadas “a uma nova temporalidade que emerge do cotidiano dos leitores” (BARBOSA: 2007, p. 221).

O jornalismo chega ao século XXI, no Brasil, alicerçado no discurso da técnica, objetividade e cidadania. Características ligadas ao discurso do profissionalismo. Mas a legislação que regulava a profissão desde 1969 passou a ser questionada judicialmente em 2001. Em Ação Civil Pública, impetrada pelo Ministério Público Federal e pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo, tendo como réu a União Federal, a Federação Nacional dos Jornalistas e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, a juíza Carla Rister derrubou a obrigatoriedade de diploma de ensino superior em jornalismo para o exercício da profissão no país.

Segundo a sentença, a obrigatoriedade infringia a liberdade de profissão (art. 5, inciso XIII, da Constituição Federal de 1988), além de não pressupor condições de capacidade para executar as atividades e infringir a liberdade de expressão. A decisão contra a obrigatoriedade é tomada com base na noção de Direito Difuso. A problemática da obrigatoriedade do diploma não seria um problema meramente individual, teria cunho social. Para a juíza, a interpretação da liberdade de exercício de trabalho deve ser associada a outras liberdades individuais.

A questão posta para a decisão era sobre a legitimidade do Decreto-Lei nº 972 de 17 de outubro de 1969 em regulamentar a profissão, dado que o decreto foi criado em pleno regime ditatorial. O problema era se a Constituição de 1988 poderia considerar legítimo esse decreto, a decisão da juíza foi de que a Constituição Federal de 1988 não o legitimava, assim não teria validade para regulamentar a profissão, exigindo obrigatoriedade do diploma para exercício profissional.

Interessante notar o debate presente na sentença sobre liberdade de profissão. A limitação a essa liberdade só se daria quando houvesse problemas com a “defesa social”. Somente seria necessária uma legislação específica para um determinado tipo de exercício profissional, quando a técnica exigida por este pudesse prejudicar o direito de terceiros. Na interpretação da juíza, essas limitações vão além da técnica, poderiam também ser de capacidades morais e físicas (RISTER: 2001, p. 22).

A decisão também demonstra preocupação com o corporativismo, a obrigatoriedade favoreceria interesses corporativos de instituições responsáveis pela emissão das credencias, a exigência do diploma teria cunho elitista e contribuiria para o aumento das desigualdades sociais no país, na medida em que prejudicaria a capacidade do pleno emprego da economia brasileira.

Vê-se que o valor protegido (pela obrigatoriedade do diploma) não é a fidelidade à verdade, nem os dotes de observador, intérprete ou comunicador do profissional, dado que as virtudes e qualidades que levam a bom desempenho, quanto a isso, não se aprendem em bancos acadêmicos. O que transparece protegido por essa interpretação é o “valor” (?) corporativo, ao lado do prestígio compulsório dos estabelecimentos que, bem (o que é raro) ou mal (o que é mais comum), têm o privilégio de expedir tais diplomas (RISTER: 2001, p. 28).

Para a juíza o que é necessário para o exercício da ocupação de jornalista é uma formação cultural sólida e esta não é exclusiva daqueles que possuem diplomas de jornalismo ou de outros cursos superiores. O jornalismo deveria ser praticado por

peessoas argutas, inteligentes, cultas e dotadas de qualidades comunicativas (escrita, fala, boa expressão), com a condição de que (ao transmitirem notícia sobre fatos e fenômenos objeto de conhecimento específico de profissões regulamentadas) sua interpretação e explicação provirão de profissionais formalmente qualificados (diplomados), a que deverão reportar-se os jornalistas (RISTER: 2001p. 30)

O jornalista é aquele que saberia perguntar e comunicar as respostas dadas por especialistas. Percebemos que nesse trecho da sentença, fica clara a manutenção do “status” daqueles grupos profissionais que dominam uma expertise, o que não seria o caso do jornalismo. Os especialistas, profissionais, informam à sociedade via jornalismo. A lógica da ocupação de jornalista, seu comportamento perante seu trabalho, deveria ser a de todo e qualquer cidadão, ou seja, não haveria uma deontologia específica da profissão que legitimasse perante o Estado sua regulamentação de acordo com os princípios profissionais relatados acima. O aprendizado pela prática atenderia bem às peculiaridades da profissão.

A ideia de uma técnica específica, uma expertise e um comportamento moral na sua aplicação no mercado de trabalho é dissolvida pelo argumento da liberdade de exercício profissional e liberdade de expressão. A obrigatoriedade de diploma incentivaria o corporativismo no mundo do trabalho e prejudicaria a livre circulação da informação no país. No entanto, o registro no Ministério do Trabalho não é considerado cerceamento ao exercício da atividade.

O juiz federal Manuel Álvares, do Tribunal Regional Federal – 3ª Região, em outubro de 2005, toma decisão contrária. Para este juiz, a Constituição de 1988 contempla o Decreto-Lei nº 972 de 1969, que regulamenta a profissão sendo obrigatório o diploma como credencial para o exercício legal da profissão.

Ele critica o argumento usado pela juíza Carla Rister, qual seja, de que o exercício profissional do jornalismo não requer uma habilitação especial e que, dada a natureza da atividade, esta não constituiria perigo para a “defesa social”. O juiz lista as tarefas que seriam específicas à profissão de jornalista que necessitariam de formação especializada e regulamentação profissional. Para ele, não haveria confronto, no caso em análise, entre liberdade de profissão e liberdade de expressão.

Liberdade de comunicação não se confunde com a liberdade de profissão. Aquela é garantida a todos, protegida contra qualquer censura; esta é livre, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. (...) Vale dizer que tal exigência [do diploma de jornalismo] não restringe o direito à comunicação, assegurado a todos, apenas exige determinada qualificação para o exercício da profissão de jornalista. Do contrário, a pretexto de usar da liberdade de comunicação, ou expressão, qualquer pessoa poderia requerer qualificação de jornalista, o que seria um absurdo ainda maior (ÁLVARES: 2005, p. 116)¹

Um dos argumentos apresentados nas duas decisões diz respeito à atividade de outros profissionais que não tem formação em jornalismo. No entendimento deste juiz, a atividade de colaborador já havia sido regulamentada pela legislação vigente, não

¹ http://www.conjur.com.br/2005-nov-30/veja_decisao_fixa_exigencia_diploma_jornalista?pagina=17. Acesso em 15 de janeiro de 2014.

sendo contraditória com a obrigatoriedade do diploma, o colaborador não seria jornalista, mas teria por lei sua atividade regulamentada, seu espaço dentro das publicações levando em consideração sua expertise, que não seria a jornalística. Segundo este juiz, a profissão de jornalista é de cunho liberal e deveria ter, institucionalmente, as características de uma profissão liberal.

Como é sabido, a profissão de jornalista é uma profissão liberal, assim entendida a que exige, por excelência, a intervenção do intelecto e para cujo exercício é indispensável o diploma do curso superior específico conferido por estabelecimento de ensino autorizado ou reconhecido (ÁLVARES: 2005, p. 122)

Historicamente, no Brasil, a ocupação de jornalista desenvolve para si uma imagem ligada ao processo de modernização do país calcada nas ideias de objetividade, confiança, expertise e cidadania como mostramos acima. O discurso associado à ocupação é o discurso clássico do profissionalismo que se desenvolveu desde o século XIX: modernização, liberalismo, deontologia, eficiência. Isso não correspondeu a uma regulamentação de tipo ocupacional.

Aldridge e Evetts (2003) mostram como na Inglaterra ocorreu um processo semelhante ao caso brasileiro em relação à regulamentação da profissão. Duas organizações de representação dos jornalistas britânicos surgidas entre o fim do século XIX e início do século XX disputaram a primazia da representação dos jornalistas naquele país: a National Union of Journalists e a Chartered Institute of Journalists.

A primeira tem uma relação mais próxima com o modelo de sindicato e a segunda mais próxima da noção de associação profissional, tendo inclusive nos anos 1930 tentado, junto a Casa dos Comuns, estabelecer um marco legal para regulamentação da ocupação enquanto profissão, o que significava elevar o status dos jornalistas ao nível ocupacional. A resposta do Parlamento foi negativa, e o argumento foi o mesmo utilizado no Brasil. A exigência legal de credenciais seria contrária ao princípio de liberdade de expressão.

Mas as autoras mostram que cada vez mais, especialmente a partir dos anos 2000, a ocupação de jornalista na Grã-Bretanha tem se transformado num espaço de pessoas graduadas e pós graduadas, mesmo sem a obrigatoriedade legal desse tipo de credencial. Isso provocou uma explosão de cursos de formação que não necessariamente estão ligados às necessidades do mercado. O mercado de credenciais parece estar se tornando autônomo.

Aldridge e Evetts (2003) mostram que a ocupação de jornalista sempre foi, e ainda é, ambivalente acerca de seu projeto profissional. Fidalgo (2008) ao analisar as diferentes formas por meio das quais a identidade profissional dos jornalistas se apresenta, mostra que esse processo de construção de uma identidade profissional é cheio de contradições.

Nesse processo de construção de uma identidade ocupacional o autor aponta três contradições: a primeira diz respeito a diferença entre aqueles que são “artistas” – mais ligados à literatura – e aqueles mais ligados as atividades de especialistas, trabalhadores especializados, experts; a segunda diz respeito ao espaço de trabalho, os

jornalistas em geral trabalham em organizações empresariais, dentro de estruturas burocráticas e isso iria de encontro ao ideal de profissional liberal que atua de maneira autônoma no mercado de trabalho; a terceira contradição corresponde ao conflito entre liberdade individual no exercício da profissão e responsabilidade social.

Isso mostra como a ocupação de jornalista coloca desafios para a compreensão sociológica de grupos profissionais. Ao passo que no meio profissional podemos perceber a ocorrência de um discurso profissional como mostram Aldridge e Evetts (2003) e Nascimento (2008), isso não necessariamente se reflete num aparato institucional que organize o jornalismo enquanto profissão legalmente privilegiada. A análise do caso brasileiro ilustra que aqui ainda estamos enfrentando essa problemática.

Em 2009, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o Decreto-Lei nº 972, a Lei de Imprensa, que considerava obrigatório o diploma para exercício da profissão. Atualmente está em tramitação no Congresso um Projeto de Emenda Constitucional (PEC 386/2009), que procura regulamentar a profissão propondo o diploma em curso superior de jornalismo como condição para o exercício profissional. A Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ – associada a sindicatos e a SBPJor, pauta sua defesa da obrigatoriedade do diploma no credo clássico do modo de organização profissional do trabalho.

“O ataque à regulamentação em jornalismo atinge profissionais e estudantes, desrespeita as identidades de cada área – e nisso desrespeita também as demais -, e fere frontalmente a sociedade em seu direito de ter informação apurada por profissionais, com qualidade técnica e ética, bases para a visibilidade pública dos fatos, debates, versões e opiniões contemporâneas. É um ataque, portanto, ao próprio

futuro do país e da sociedade brasileira.” (Sérgio Murilo de Andrade e Valci Zuculoto, respectivamente Presidente da FENAL e Diretor de Educação da FENAJ, 2008)

A Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) considerou que a extinção da obrigatoriedade do diploma pelo STF, se configurou como um equívoco na compreensão da atividade jornalista.²

A SBPJor desloca o foco do debate acerca da obrigatoriedade do diploma do tema da possível contradição entre liberdade de exercício profissional e liberdade de expressão para as questões que envolvem as técnicas do fazer jornalístico cotidiano, na busca de construção e legitimação de uma expertise jornalística. Esse processo até certo ponto, passa por uma cientifização do jornalismo, o espaço legítimo encontrado para tanto no Brasil é o campo acadêmico nacional, lócus central de produção e legitimação de conhecimento.

² <http://sbpjour.org.br/sbpjour/2009/07/03/nota-da-sbpjour-sobre-a-extincao-da-obrigatoriedade-da-formacao-superior-em-jornalismo-para-o-exercicio-profissional/>. Acesso em 18 janeiro de 2014.

Capítulo 3

O Jornalismo no campo acadêmico nacional

Abordamos nesse capítulo as disputas em torno da classificação do jornalismo como um campo de pesquisa, sobretudo em sua relação com o campo da Comunicação Social. Tomando a noção de campo acadêmico utilizada por Hey (2008), desenvolvida a partir de Pierre Bourdieu, vemos que este é definido como um “lôcus de relações” onde se produz conhecimento acadêmico (uma prática social reconhecida e legitimada), instaurando-se uma “batalha” para definir o que pertence ou não a esse campo e os correspondentes elementos distintivos, que designam poder, no mesmo.

Essas disputas ocorrem mais intensamente dentro do campo da Comunicação Social e esse processo também tem relação com as disputas em torno do aparato legal que regulamenta a profissão de jornalista no Brasil. Nosso interesse, é compreender os percursos para a valorização de um ramo específico de ensino/pesquisa na pós-graduação brasileira, no caso o Jornalismo, frente à comunidade acadêmica nacional, tanto do ponto de vista epistemológico como do ponto de vista institucional.

Apresentamos os discursos utilizados nessas disputas em busca de legitimidade e status na área de conhecimento, bem como os locais institucionais de onde partem esses discursos, com foco na Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJor.

Como mostra Trigueiro (2001), as comunidades científicas no Brasil, da qual a SBPJor é um exemplo, se configuram como o espaço central no processo de produção de ciência e tecnologia. É através delas que pesquisadores desenvolvem redes

de pesquisa e se relacionam diretamente com instituições estatais ou da sociedade civil na busca por recursos e legitimidade no campo acadêmico.

Tais disputas no campo acadêmico também possuem elementos de disputas profissionais, na medida em que são disputas que se dão no mercado de trabalho e estão fortemente relacionados com a noção de carreira (HUGHES, 2005 [1952]) e de credencialismo (DINIZ, 2001).

Esse campo acadêmico é caracterizado pelo uso de um aparato institucional que garante a produção e a circulação dos produtos acadêmicos. No Brasil, esse aparato é assegurado pelo Estado através de instituições como Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) (HEY, 2008; CURY, 2004).

Como mostra Martins (2005) o sistema de pós-graduação no Brasil começa a se desenvolver nos anos 1960 como política de Estado. A produção científica é associada à noção de desenvolvimento e modernização e a pós graduação é encarada como o espaço ideal para tanto, uma tentativa de importação do modelo norte-americano. Uma boa universidade não seria somente aquela que produz bons profissionais, mas também a que faz pesquisa, fortalecendo a organização das sociedades científicas. Para tanto, era preciso formar quadros de pesquisadores, que até então inexistiam no país. Nos anos 1950, surgem CAPES e CNPq, e com o auxílio de outras instituições se investe na formação de pessoal no exterior e no seu aproveitamento na criação de um sistema de pós-graduação no país.

O decreto lei 5.540/68 torna possível a carreira acadêmica no Brasil. A partir desta lei instituída em 1968, fruto do Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, passa a haver um elo entre carreira docente e a posse de títulos de mestrado e doutorado, o que desencadeia uma política nacional de pós-graduação voltada para o aperfeiçoamento docente (MARTINS: 2005).

O Estado cria uma demanda, possibilitando a existência de uma carreira, nessa época surgem os primeiros programas de pós-graduação no país. Apesar de ser uma carreira que conta com recursos públicos em sua maior parte, o sistema de pós-graduação atualmente tem a possibilidade de autogestão, pelo menos no quesito de avaliação, que ocorre por pares (dentro de cada área de pesquisa), o que teoricamente lhe dá mais autonomia frente aos gestores estatais.

Martins (2005) mostra que a partir dos anos 1990 houve diminuição nos recursos públicos para o sistema de pós-graduação, levando-se em conta sua forte expansão, estando presente em todas as regiões do país. Há então disputas nesse espaço de produção de conhecimento, que refletem o grau de poder e legitimidade que cada área de pesquisa possui junto ao Executivo e à sociedade em um contexto de recursos escassos. É nesse espaço que se encontram nossos agentes, e, a partir de observações iniciais, eles se sentem “fragilizados” em relação às outras áreas.

Para autores como Lopes (2003; 2006), Marques de Melo (2003; 2003a; 2006), Navarro (2003) e Ferreira (2003), existe um campo acadêmico (ou subcampo) ao qual poderíamos chamar de campo acadêmico da comunicação. Este seria caracterizado pela existência de instituições de ensino e pesquisa – no caso brasileiro, ligadas ao

sistema de graduação e pós-graduação nas universidades – de revistas especializadas em temas voltados à Comunicação e de agentes envolvidos nesse processo de produção de conhecimento e de ciclo de consagração, como diria Bourdieu (2006).

Outro elemento essencial, é a existência de uma epistemologia própria, referente a um objeto de estudo “próprio” da área acadêmica em questão: o fenômeno da Comunicação. Todos esses autores estão envolvidos de uma forma ou de outra no fortalecimento desse campo, seja frente ao campo acadêmico em geral ou ao campo dos profissionais de comunicação, isso porquê é no ambiente de profissionalização mais avançada (o que na carreira acadêmica no Brasil corresponde aos cursos de pós-graduação) que se pode reorientar epistemologicamente o campo. Tal reorientação seria necessária, pois desde os anos 1980, o campo de pesquisas na área de Comunicação não possui eixos fixos de debates e de pesquisas, a defesa da pós-graduação como espaço de produção de um saber sobre a Comunicação é também uma defesa da profissionalização desse espaço.

Se há um campo acadêmico da Comunicação, haveria então teorias da Comunicação. Martino (2007) se pergunta acerca do questionamento sobre a existência de tais teorias. Ele parte da distinção entre teorias da Comunicação e teorias sobre Comunicação. Para ele, a criação de aparatos institucionais voltados às “profissões de comunicação” contribuiu para a ideia de que haveria teorias da Comunicação. Somente no fim dos anos 1960 estas passam a ser sistematizadas, é esse processo que produz visibilidade e leva a ideia de uma identidade teórica do campo.

Ainda segundo Martino (2007), uma característica comum desses textos é não discutirem a autonomia da Comunicação como campo de conhecimento. Não haveria consenso acerca das teorias da Comunicação, exalta-se a sua indefinição e multidisciplinaridade. Para ele, foge-se das discussões epistemológicas em nome de uma pretensa diversidade. Martino propõe a distinção entre as teorias sobre a Comunicação – que se originam em outras áreas de saber, como a Sociologia, e tomam a Comunicação como objeto de pesquisa – das teorias da Comunicação que estariam preocupadas com o estatuto epistemológico de um campo de saber.

Um apanhado de teorias oriundas de diferentes domínios de saber não pode significar a mesma coisa que uma disciplina específica, justamente porque não pode atingir o estado onde o todo passa a funcionar como um sistema, e não como uma simples somatória de dados isolados (MARTINO: 2007, p. 31)

Interessante notar a concepção de ciência tomada por este autor. Ele toma a noção de comunidade científica de Thomas Kuhn como modelo social e organizacional. Faz uma crítica à Sociologia da Ciência que estaria reduzindo o problema da Teoria da Comunicação unicamente a seu aspecto “extra conhecimento”, ela não deveria ser usada para contornar as questões epistemológicas. A recusa de uma discussão epistemológica, resultaria na falta de fundamentação da área. O campo da Comunicação, devido a sua debilidade teórica, seria muito mais sensível ao movimento interdisciplinar que as outras áreas.

É essa concepção de ciência que subjaz o processo de tentativa de fortalecimento do Jornalismo como campo de saber no campo acadêmico brasileiro.

Apostando em um ethos comum, no fortalecimento de um princípio epistemológico unitário e em criar e manter uma comunidade científica, ou seja, a busca por um modelo “tradicional” de ciência.

A defesa de análises que sejam eminentemente epistemológicas, surge como estratégia de fortalecimento da Comunicação, e especificamente do Jornalismo, como formas de saber. Como vimos em Martino (2007) e vamos mostrar adiante em Tombosi (2003), há ênfase nas análises eminentemente epistemológicas como estratégia de fortalecimento da Comunicação e Jornalismo como formas de saber.

Tanto Martino (2007) como Tombosi (2003) constroem seus argumentos a partir da crítica feita pela sociologia da ciência à produção de conhecimento científico, notadamente as críticas associadas às concepções pós-modernas e construtivistas. A essas formas de interpretação da produção de conhecimento científico Shinn e Ragouet (2008) classificam como antidiferencionista. Nessa perspectiva o campo científico é dotado de menor autonomia frente ao seu entorno social, se fortalece a ideia de redes e não existe uma particularidade epistemológica do saber científico, esta é negada.

O uso desse modelo de análise, se apresenta também como um elemento político, pois busca fortalecer a noção de que a produção científica pode se dar sem a influência determinista do meio social no qual os agentes envolvidos com a produção desse conhecimento estão inseridos. Fortalecendo assim as ideias de neutralidade e especialização, essenciais nas discussões que se apresentam nas disputas judiciais sobre a regulamentação da profissão de jornalista no país.

Antes de apresentarmos os argumentos de Tombosi (2003) sobre os elementos para uma epistemologia do jornalismo, é necessário descrevermos a problemática da identidade do Jornalismo enquanto área de saber dentro do sistema de pós-graduação no Brasil, uma identidade que procura se fortalecer frente à de um “comunicólogo”.

O encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo de 2008, na Universidade Metodista de São Paulo em São Bernardo do Campo/SP teve como tema “A construção do campo do Jornalismo no Brasil”.

Um dos desafios contemporâneos das pesquisas em jornalismo é a construção disciplinar do campo, que passa, além da especificidade do objeto, pela solidez e clareza de categorias fundamentais para tratá-lo, por um conjunto teórico harmônico que gere conhecimento articulado e coerente e pela própria definição de eixos metodológicos específicos em relação a outras áreas do conhecimento. O amadurecimento do campo do jornalismo enfrenta, então, o desafio de avançar encontrando um ponto de equilíbrio entre, por um lado, os diálogos teórico-metodológicos entre disciplinas que chegam ao objeto por meio de um tratamento multidisciplinar e, por outro, o esforço de uma construção disciplinar específica, que lhe dê identidade metodológica para desencadear um diálogo com disciplinas de outros campos científicos.³

Há preocupação com a construção de uma identidade epistemológica, que seja coerente teórico-metodologicamente. O tratamento multidisciplinar do objeto de estudo “jornalismo” precisaria ser revisto pois se reflete na criação de espaços e

³ <http://www.sbpjor.org.br/6sbpjor/index.php?sbpjor=tema>. Acesso em 19 janeiro de 2014.

disputas de recursos, inclusive materiais, na estrutura acadêmica nacional. Sem essa “identidade epistemológica” forte, haveria pouca perspectiva de fortalecimento junto ao sistema de fomento à pesquisa nacional.

O pequeno tamanho da área em relação aos outros campos de pesquisa leva a concessão de poucas bolsas de estudos e poucos recursos para pesquisas, o que diminui a capacidade de produção de conhecimento específico, visto que, como mostramos acima, essa produção se dá, no Brasil, no campo da pós graduação. A conclusão era de que para ter acesso a mais recursos seria necessária uma imposição política maior, mais pressão sobre as agências. Objetivismo e produtivismo seriam as palavras de ordem. Ficou clara a crítica ao sistema de ranqueamento instituído pela CAPES e CNPq e a pouca ação coletiva da área.

Em relação ao Jornalismo enquanto área de pesquisa, a discussão durante o encontro, girou em torno da sua especificidade em relação à Comunicação Social. Até os anos 2000 não existiam (e não podiam existir) linhas de pesquisa por habilitações. O curso de graduação em Comunicação Social normalmente concede credenciais para o exercício das carreiras de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade. Essa estrutura não podia ser reproduzida nos programas de pós-graduação, pois, já que consideradas formações técnicas, não estariam voltadas para pesquisa. As linhas de pesquisa na pós-graduação não repetiriam o nome das carreiras para as quais a graduação credenciava, estabelecendo uma nítida separação entre produção de conhecimento e mercado. Para Juremir Machado, o campo acadêmico da Comunicação não refletiria a realidade das práticas profissionais da área.

O centro da discussão estava calcado na avaliação de que o Jornalismo deveria ampliar, do ponto de vista institucional, sua atuação no campo da Comunicação. Como os programas na área de Jornalismo se inseriam em “Teorias da Comunicação”, a expertise do jornalismo ficava apagada.

Para Meditsch (2008) o Jornalismo como especialidade dentro da área de Comunicação Social levou a uma crescente separação da disciplina acadêmica com a realidade do mercado de trabalho fora da academia, isso se refletiu na ausência de linhas de pesquisa específicas em Jornalismo na pós-graduação no Brasil.

Essa situação é fruto do desenvolvimento da área de Comunicação Social no sistema de ensino superior brasileiro e tem relação direta com a influência do Centro Internacional de Estudos Superiores sobre Periodismo para a América Latina – CIESPAL.

O CIESPAL foi criado em 1959 com apoio da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO e da Organização dos Estados Americanos – OEA, com o objetivo de contribuir na formação de jornalistas e professores baseado na defesa de promoção da liberdade de expressão e fortalecimento da democracia na América Latina. Sua sede até hoje está em Quito, Equador (MARQUES DE MELO: 2009). O princípio político da UNESCO no apoio à criação do CIESPAL era que

qualquer esforço de desenvolvimento econômico nos países periféricos esbarra na resistência das elites nacionais, bloqueando a disseminação das ideias que dão sustentação às mudanças sociais.

Logo, a situação só pode ser revertida se houver uma ofensiva governamental no sentido de garantir o regime de liberdade de imprensa nos países autoritários, logrando em seguida a difusão de novos estilos de vida e padrões e de comportamento capazes de auspiciar a liberdade de imprensa e conseqüentemente a plena vigência do sistema democrático (MARQUES DE MELO: 2009, p. 347).

O espaço público de construção da opinião é central na estratégia política da UNESCO. Segundo Meditsch (1999), o CIESPAL exerceu papel importante no desenvolvimento do campo acadêmico da Comunicação no Brasil. Esse Centro foi instrumentalizado pelas disputas políticas durante a Guerra Fria e isso conformou a maneira como ele implementou sua visão acerca dos processos de comunicação nos setores acadêmicos e profissionais em diversos países do então chamado de Terceiro Mundo.

Já nos anos 1950, a UNESCO alerta sobre o papel do jornalismo enquanto força política na formação da esfera pública, podendo ser instrumentalizado a favor ou contra a democracia. Assim, preocupada com o avanço de regimes ditatoriais ao redor do mundo, especialmente no Terceiro Mundo, a UNESCO volta-se para o ensino de jornalismo, criando diversos centros de estudo na Ásia, África e América Latina.

No início dos anos 1960, durante a crise entre Estados Unidos e Cuba, os americanos passam a se preocupar cada vez mais com os movimentos políticos que surgem na América Latina, e uma de suas ações políticas foi influenciar os sistemas

educacionais do continente. Os objetivos principais eram: “um controle centralizado, a prioridade ao ensino técnico e profissional, a tecnificação do ensino de humanidades e ciências sociais e, principalmente, a despolitização das relações educacionais” (MEDITSCH: 1999, p. 130).

No ensino do jornalismo, isso significou a inflexão de uma formação clássica/humanística para uma pautada pelas teorias funcionalistas sobre o jornalismo desenvolvidas nos Estados Unidos, que valorizavam a quantificação dos processos, preocupada com a cientificidade da produção de conhecimento, se contrapondo ao tipo de formação anterior considerada não-científica.

O CIESPAL, em sintonia com a política norte-americana para a América Latina, contava com recursos humanos e financeiros para ensino e pesquisa em comunicação. Coerente com sua visão política, influenciou também a regulamentação profissional em diversos países a partir do modelo de “comunicador” ou de “profissional polivalente”, que se adaptaria melhor às condições de comunicação política em países pobres. Nestes, o acesso ao jornalismo do tipo tradicional era ainda precário para maior parte da população, sobretudo rural, e uma das preocupações políticas centrais nessa época eram os movimentos com origem no mundo rural, dado o exemplo de Cuba.

Assim, o que antes eram consideradas Escolas de Jornalismo, passaram a ser consideradas Escolas de Comunicação. O CIESPAL, incentivou a criação de uma nova categoria profissional, o “comunicador”, para substituir a figura anterior do jornalista. O “comunicador” estaria mais adaptado à realidade de comunicação comunitária através

de outros meios e outros formatos que não àqueles ligados ao modelo tradicional de jornalismo. Esse profissional polivalente deveria estar apto a trabalhar em todos os meios de comunicação coletiva – cinema, imprensa, rádio, Tv – além de estar credenciado para as relações públicas, publicidade e investigação científica (MEDITSCH: 1999, p. 131).

Isso trouxe problemas na relação com o mercado de trabalho, a formação acadêmica passou a não corresponder com as carreiras fora da academia. A ênfase na formação de um “comunicador alternativo” suplantou as diferenças – em termos de formação e pesquisa – entre as carreiras associadas à comunicação, e a especialidade do jornalismo enquanto prática e forma de saber específica é apagada, em detrimento de uma visão política acerca dos processos comunicacionais em países de terceiro mundo (MEDITSCH: 1999, p. 132).

Essa visão política do CIESPAL se reflete no Brasil através da criação dos cursos de Comunicação Social que adotam os princípios do centro. A ênfase na formação do profissional polivalente, orientado politicamente para um tipo de comunicação alternativa – agora já não mais nos princípios políticos norte-americanos, mas sim baseados na esquerda que se apropria desse aparato institucional – se reflete no tipo de conhecimento produzido: engajado politicamente e mais uma vez fora de sintonia com o mercado de trabalho nas empresas do setor de comunicação.

A “teoria estudada e desenvolvida nas escolas, longe de atender às necessidades de formação dos profissionais das diversas habilitações, continuou voltada às supostas necessidades de um comunicador alternativo que vive à margem da mídia e

a despreza” (MEDITSCH: 1999,p. 133). Ganha importância a figura do comunicólogo, aquele que se dedica aos estudos sobre os fenômenos comunicacionais, mas que está fora de sintonia com as carreiras associadas à formação em Comunicação Social.

Com o objetivo de proporcionar ao jornalismo uma identidade epistemológica e aproximar a formação acadêmica da prática no mercado profissional – em uma clara tentativa de fortalecer o processo de regulamentação profissional então em disputa judicial - surge nos anos 2000 a SBPJor, que se propõe a fortalecer a identidade do Jornalismo como área de saber específica em sintonia com a carreira de jornalista – e não de comunicador.

Para tanto, a associação torna-se elo de vários processos iniciados como estratégia de fortalecimento da área tanto no mundo acadêmico – pela afirmação do jornalismo como área de pesquisa e fora do campo acadêmico, nas disputas em torno da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício profissional, associando-se à Federação Nacional dos Jornalistas.

Em termos institucionais, as carreiras dos docentes/pesquisadores em Jornalismo desenvolvem-se nos cursos de graduação e pós-graduação em Comunicação Social. Nos cursos de graduação, o jornalismo ainda permanece como uma habilitação do curso de Comunicação Social (MOURA: 2001).

A pós-graduação passa por um processo de especialização com o fortalecimento de grupos de pesquisa, de linhas de pesquisa dentro de programas e a criação de um programa de pós-graduação específico, caso do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criado

em 2007. Neto (1996), mostra que a maior parte dos programas de pós-graduação em Comunicação Social está localizada em universidades públicas, o que evidencia que esta carreira se desenvolveu a partir de incentivos do Estado, seguindo o padrão de outras carreiras acadêmicas no Brasil.

Nesses programas de pós-graduação, procura-se o desenvolvimento de um conhecimento específico que vem associado à diferenciação de áreas de conhecimento que representam outras disciplinas numa estratégia de distinção dentro do campo acadêmico brasileiro.

Surgem grupos de pesquisa dentro de associações científicas como a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) e da Associação de Pós-Graduação em Comunicação Social (COMPÓS), que contribuem com a criação da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo em 2003, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina em 2007 e edição das revistas Estudos em Jornalismo e Mídia a partir de 2003 e Brazilian Journalism Research a partir de 2005, esta publicada pela SBPJor em inglês, demonstrando uma estratégia de fortalecimento a partir de relações com o campo acadêmico internacional.

A busca por inserção em redes de pesquisa internacionais surge como estratégia para o fortalecimento da área. A circulação internacional é característica de grupos que procuram se fortalecer no meio acadêmico nacional, como mostram Almeida et al. (2004). Está calcada em políticas de Estado que proporcionam, através de instituições como CAPES, CNPq e FINEP, recursos para a circulação externa e possível

formação de redes de contatos profissionais, que fortalecem localmente determinados grupos da academia.

No entanto, essa busca por inserção em redes internacionais necessita de recursos materiais, que como mostramos acima, são escassos no sistema de pesquisa e pós-graduação nacional. A estratégia de desenvolvimento de uma epistemologia específica, surge como elemento a ser utilizado nessa disputa por recursos como mostram Lopes (2003) e Ferreira (2003). A criação da Brazilian Journalism Research, cujo objetivo é criar uma rede de pesquisadores brasileiros articulados com a comunidade internacional, é um passo nesse sentido.

Nos textos de Marques de Melo (2003, 2003a), Lopes (2003) e Navarro (2003), à reflexão epistemológica é aliada uma discussão acerca dos mecanismos institucionais de delimitação de espaços acadêmicos de atuação. Não basta uma epistemologia própria, como argumenta Ferreira (2003). Para o desenvolvimento desta, é necessário um espaço acadêmico legítimo e com possibilidades de se fazer importante no cenário acadêmico nacional e internacional, há uma defesa da profissionalização da área.

Um dos argumentos utilizados, é o de que o aumento no número de cursos de pós-graduação e graduação em Comunicação e Jornalismo é reflexo do aumento da importância do fenômeno comunicacional na sociedade: vivemos em uma sociedade da comunicação (FERREIRA: 2003; LOPES: 2003; MARQUES DE MELO: 2003). O que mostra a estratégia de se aproximar do discurso do profissionalismo que alicerça sua força no fato de ser uma atividade que conta com conhecimentos específicos necessários

ao bem comum da sociedade. O pressuposto de que esse processo também é influenciado por uma expansão no sistema de ensino superior no Brasil durante o início dos anos 2000, sobretudo na pós-graduação (CURY: 2004), não surge claramente nessas argumentações.

Orlando Tombosi, no texto *Elementos para uma Epistemologia do Jornalismo* (2003), nos mostra essas disputas internas acerca do estatuto epistemológico do jornalismo. Dois elementos são significativos de como o fortalecimento do campo acadêmico se associa com a luta pelo estabelecimento de uma regulamentação profissional. Por um lado, o autor critica o fato de que vários estudos sobre jornalismo estão focados apenas nas técnicas da prática profissional e não em seu estatuto enquanto forma de saber, por outro questiona o estatuto dado a noção de objetividade, para ele, há uma desqualificação dessa noção, que seria central na construção do jornalismo como forma de saber.

Tombosi (2003) argumenta que existe uma hostilidade em relação às ideias de objetividade, verdade e fato, por tendências como idealismo, construtivismo, perspectivismo, ‘desconstrucionismo’ e pós-modernismo. Tais tendências estão fortemente presentes nas teorias que tomam o jornalismo como objeto de estudo. Elas teriam como característica comum, a rejeição ao realismo empírico, científico. Ele critica a Sociologia do Conhecimento e seu uso na análise do jornalismo, pois esta solaparia a ideia de objetividade por meio da noção de construção social da realidade. O culturalismo pós-moderno, por sua vez, sacralizaria o sujeito em detrimento do objeto nas análises sobre produção de saberes, o que em sua visão também enfraqueceria o campo de pesquisas em jornalismo.

Para Tombosi (2003) o jornalismo não seria uma ciência, porém, assim como esta, seria epistemicamente objetivo, pois também estaria baseado no princípio de produção de conhecimento a partir de fatos que independem de opinião, versão e discursos. A pesquisa jornalística se equipararia a pesquisa científica, já que ambas buscariam a objetividade. Essa visão de ciência implica uma visão de mundo como abordado acima. Somente o jornalismo investigativo poderia ser considerado como produtor de conhecimento por estar baseado em métodos científicos e – do ponto de vista ideal – não seria um jornalismo baseado apenas em declarações.

Tombosi (2003) e Martino (2007), cada um a seu modo, se contrapõem às formas de interpretação de produção de conhecimento que criticam a concepção de autonomia do saber em relação às suas bases sociais. Nosso objetivo, a seguir, é tentar ir pelo caminho contrário, procuramos traçar um perfil social, ainda que inicial, das lideranças da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor, mostrando como essa estratégia de produção de um conhecimento pretensamente específico, neutro e objetivo, está calcado no fenômeno das disputas em torno da regulamentação da profissão de jornalista no Brasil, em especial aos fatos que ocorrem no início dos anos 2000.

Esse processo de profissionalização do campo acadêmico está ligado de maneira direta com as disputas em torno da regulamentação profissional do jornalismo no país, pois procura fortalecer um dos elementos do que chamamos de instituições do profissionalismo: a produção institucionalizada de conhecimentos específicos sobre as tarefas a serem desenvolvidos no mercado de trabalho. A noção de campo desenvolvida por Bourdieu, aparece como central nessas análises, seja para a compreensão do

fenômeno ou para mostrar como os agentes se pensam, como criam uma imagem de si mesmos e para os outros grupos. A autoimagem construída de sua situação como um campo, no sentido dado por Bourdieu, onde há disputas, estratégias, posições e recursos a serem conquistados e um, ou vários, “opositores”, nos leva a pensar que essa noção é usada por tais pesquisadores menos como uma categoria analítica aplicada a si mesmos e mais como uma categoria “política” nas disputas epistemológicas.

Nascida em 2003, essa Sociedade Científica surge como “fruto de uma demanda da comunidade científica de pesquisadores em Jornalismo” (MOURA, 2004). Trigueiro (2001) mostra a importância das sociedades científicas na definição dos arranjos institucionais do sistema de ciência e tecnologia nacional, mostrando como elas foram importantes nos planos de C&T, nos anos 1970 e 1980 e como possuem uma forte relação com o Estado via suas agências de fomento à pesquisa.

Independentemente do julgamento acerca da eficiência desse sistema no processo de desenvolvimento de C&T no país, as sociedades científicas têm peso nas decisões sobre redes, financiamentos e agendas de pesquisa. Moura (2004) mostra como a SBPJor, em seus estatutos, procura além de pautar o debate acadêmico sobre o jornalismo, também criar e administrar redes de pesquisadores (nacional e internacionalmente) e desenvolver um sistema de circulação de informações através de revistas, anais de congressos, e outros meios, configurando assim um sistema de troca e criação de posições de status dentro de um campo acadêmico.

Procuramos traçar o perfil de trajetória acadêmica daqueles que estiveram em posições de liderança na SBPJor desde sua origem. São quatro formações de

diretorias desde então, 2003-2005, 2005-2007, 2007-2009, 2009-2011. O objetivo é mostrar a entrada desses agentes no campo acadêmico e sua trajetória. Consideramos dados de todos que integraram e atualmente fazem parte de cargos de liderança na associação. Consideramos esses indivíduos como a elite que está no processo de vanguarda na criação de discursos e disputas institucionais para o fortalecimento do setor junto ao espaço acadêmico nacional.

Ao todo são 32 pessoas entre Diretoria, Vice-Diretoria, Conselho Administrativo, Diretoria Administrativa, Diretoria Editorial, Diretoria Científica e Conselho Científico. São 15 mulheres e 17 homens que trabalham em universidades localizadas nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. A região Norte não conta com nenhum profissional em seus quadros docentes inserido nessa rede de lideranças da SBPJor em suas primeiras diretorias. Abaixo mostramos o Quadro 1 com instituições de ensino, por recorte regional, onde se encontram as lideranças da SBPJor.

Quadro 1 – Instituições de Ensino das Lideranças da SBPJor

Região	Nº Instituições	Pública Federal	Pública Estadual	Privadas*
Sudeste	11	5	2	4
Sul	7	3	-	4
Nordeste	4	4	-	-
Centro-Oeste	1	1	-	-
Norte	-	-	-	-
Total	23	13	2	8

*Consideramos nesse item também as instituições de ensino confessionais e comunitárias
Fonte: Plataforma Lattes – CNPq - 2010

As regiões Sudeste e Sul concentram a maior parte das instituições onde essas lideranças trabalham. Predominam as públicas, federal ou estadual, sendo ao todo 15 instituições. As instituições particulares somam 8, confessionais ou comunitárias. Ao

contrário das outras regiões, no Sul, há equilíbrio entre o número de universidades públicas e particulares onde essas lideranças trabalham, são 4 do setor privado e 3 do setor público, no plano nacional essa tendência se inverte.

Quadro 2 – Local de Doutorado e Graduação no Brasil das Lideranças da SBPJor

Estado	Nº de Doutorados	Nº de Graduações
São Paulo	14	4
Rio Grande do Sul	4	10
Rio de Janeiro	2	1
Bahia	2	2
Distrito Federal	1	
Espírito Santo		1
Goiás		2
Paraná		1
Pernambuco		1
Minas Gerais		3
Total	23	25

Fonte: Plataforma Lattes – CNPq 2010

Considerando o local de doutoramento como relevante para retratar o início de uma carreira acadêmica, com a posse de um título (uma credencial), constatamos que 23 doutorados foram realizados no Brasil e 9 no exterior. Na França foram 3 doutoramentos, em seguida vem Espanha e Inglaterra com 2 cada um, e Estados Unidos e Portugal com 1 cada. Em termos de financiamento através de bolsas foram 4 CAPES, uma do CNPq e duas de outras instituições dos países de doutoramento. Dos 32 profissionais, 28 possuem doutorados na área de Comunicação – somando-se os realizados no Brasil e no exterior - somente 4 possuem doutorados em outras áreas de saber. Em relação à distinção do jornalismo como área de saber isso mostra a

dificuldade dessa elite para se desvencilhar da área de Comunicação Social, já que toda a formação nas últimas décadas não contou com cursos específicos em jornalismo.

A maioria tem graduação em Comunicação Social, são 24 e há uma concentração da graduação no Rio Grande do Sul, 10 são graduados em universidades gaúchas. Nenhum outro estado possui tantos graduados ocupando os principais cargos da SBPJOR. Esse fato é interessante pois mostra o movimento da rede, ou da maioria dos indivíduos dentro dela.

Há uma concentração de formação em graduação no Rio Grande do Sul, de doutorado no estado de São Paulo e uma equivalência de posições em instituições ocupadas em universidades gaúchas e paulistas. Isso lança a hipótese de uma rede que se forma no Sul do país, onde a graduação foi o espaço de início de identificação de pesquisadores que trabalham na criação e fortalecimento de uma sociedade de pesquisa.

Mesmo com a maioria dos doutorados realizados no estado de São Paulo, o financiamento por meio de bolsas de estudo se dá principalmente pelo sistema federal CAPES/CNPq: foram 7 bolsas da CAPES, 3 CNPq e apenas 2 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, importante instituição de fomento à pesquisa do estado. José Marques de Melo, o principal pesquisador e agente do fortalecimento da área, relata que foram grandes as dificuldades para financiamento de pesquisas junto à FAPESP e piores as condições junto a CAPES e CNPq, o que mostra a fragilidade da área frente ao universo da pós-graduação no país.

Um dado interessante diz respeito à época de formação dessas lideranças. A seguir o Quadro 3 mostra o período de formação em Doutorado e Graduação. O quadro

nos mostra quão jovem em termos de formação em Doutorado é a maioria das lideranças da SBPJor. Mais de 80% dos doutoramentos se dão nos últimos vinte anos.

Quadro 3 – Período de realização do Doutorado e da Graduação

Período	Doutorado*	Graduação**
1960 - 1969	-	2
1970 - 1979	4	9
1980 - 1989	-	7
1990 - 1999	12	4
2000 - 2009	15	-
Total	31	22

*O total de Doutorados é 32, mas em um deles não consta a data do doutoramento na Plataforma Lattes.

**O total daqueles com Graduação em Comunicação Social e/ou Jornalismo é de 24 indivíduos, porém na base de dados da Plataforma Lattes em 2 deles não constavam as datas da Graduação.
Fonte: Plataforma Lattes - CNPq 2010

Valorizamos nos quadros apresentados os recortes regional, de formação e de geração, pois acreditamos que estes são elementos importantes na conformação de uma rede de pesquisadores. Os dados mostram também a concomitância entre crescimento de uma área de estudos e pesquisas na pós-graduação e as disputas judiciais em torno da regulamentação da profissão de jornalista no Brasil. São fenômenos que ocorrem com maior intensidade a partir dos anos 1990.

Capítulo 4

Regulamentação profissional e discurso científico

Determinar um marco temporal fixo para análise de processos sociais é algo problemático, no entanto, aqui se faz necessário pelas próprias características que toma o fenômeno em análise. A decisão da Juíza Carla Rister do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que se manifestou pela inconstitucionalidade da obrigatoriedade do diploma em jornalismo para o exercício da profissão no âmbito federal, em 2001, desencadeou um processo de produção e circulação de produtos simbólicos e atividades que enfocaram o jornalismo como um tema a ser pesquisado e debatido.

Após tal decisão, e todo o processo jurídico que decorreu da ação de inconstitucionalidade, observamos um movimento de engajamento de atores vinculados ao espaço acadêmico e sindical no Brasil. Especificamente no espaço acadêmico, é notória a explosão de publicações de livros, revistas especializadas, associações científicas, grupos de pesquisa, congressos, entre outras ações que têm o jornalismo como objeto central de debate.

Nesse processo há dois movimentos: por um lado uma busca de distinção do jornalismo como saber e área de conhecimento específica no espaço acadêmico brasileiro, que se diferencia da Comunicação Social e das Ciências Sociais e Humanas; por outro, o fortalecimento de um discurso científico que busca legitimar o jornalismo como ciência e instrumento político.

A legitimidade do Jornalismo enquanto área do conhecimento pela comunidade acadêmica reflete evidentemente o processo de institucionalização social da profissão informativa. (Marque de Melo: 2008, p. 10)

A frase acima está no prefácio do livro *História Política das Ciências da Comunicação no Brasil*, publicado em 2008 (MARQUES DE MELO: 2008a). Trata-se de um apanhado de palestras e aulas proferidas por José Marques de Melo, considerado o patrono do movimento pela legitimação acadêmica do jornalismo como área de conhecimento no campo acadêmico nacional.

Para o autor, o processo de institucionalização de uma área de saber depende da legitimação que esses saberes teriam na sociedade. Isso encerra, no nosso entendimento, a busca por uma noção de sociedade que embasa a noção de jornalismo. A área acadêmica refletiria apenas a força desse fenômeno social, e esses atores seriam os protagonistas de tal processo junto às instituições.

Formado em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (1964) e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (1965), após um período de Pós-Graduação em Ciências da Informação Coletiva no Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina – CIESPAL- em 1966 tornou-se um dos professores fundadores do curso de Jornalismo na então Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo (USP). Nesta mesma universidade, tornou-se Doutor em Jornalismo em 1973, considerado o primeiro do Brasil. Ele é um personagem central no processo de criação de uma identidade específica para o jornalismo como área de saber no país.

Iniciando sua carreira como jornalista e funcionário público em jornais e repartições públicas em Pernambuco e Alagoas, migrou para a carreira acadêmica nos anos 1960, e desde então tem se dedicado à construção de um espaço acadêmico próprio da Comunicação Social, e nos últimos anos mais diretamente do Jornalismo.

Como protagonista e intérprete do processo, sua visão é importante para entendermos, sobretudo, como os agentes internos se pensam e como se veem diante das disputas que tomam o jornalismo como objeto de estudos.

Analisando sua obra, percebemos duas perspectivas: uma política e outra, associada à primeira, mais específica em relação ao jornalismo não somente como objeto de estudo, ou técnica, mas também do papel que instituições associadas ao “mercado” e a “academia” tratam do tema. Em sua opinião, nem academia nem mercado (empresas de comunicação) manteriam um diálogo produtivo em relação à produção de informação.

É notória sua participação em comissões junto às instituições como o Ministério da Educação e Cultura – MEC, além de instituições de avaliação e fomento de pesquisas como CAPES, CNPq e Fapesp, com o objetivo de legitimar o jornalismo como uma área acadêmica especializada e que necessita de investimentos e reconhecimento dessas instituições.

Em entrevista concedida em 2009 à revista *Jornalistas&Cia*, na coluna *Protagonistas da Imprensa Brasileira*, ele afirma que o “Jornalismo no Brasil não avança por arrogância do mercado e da Academia”. Para ele, essa relação problemática entre universidade e mercado de trabalho na área é um dos fatores que enfraquecem o Jornalismo como área de conhecimento. Compara a formação de jornalista à do médico.

“Sem passar pela profissão, não há condições de se trabalhar na universidade. Porque não dá pra formar jornalistas se o professor não tem experiência concreta, prática. É a mesma coisa com um médico.

Se ele não exerce a profissão como é que vai clinicar, fazer diagnóstico ou uma operação?” (idem; p. 3)

Para Marques de Melo (2009), apesar das estruturas institucionais montadas para pesquisa em Jornalismo no Brasil existirem há pelo menos 50 anos, seus resultados seriam ainda residuais, resultado do pouco investimento em Educação Básica e Ciência e Tecnologia no país, mas também de aspectos específicos da área. Para ele, a Comunicação continua sendo uma área marginal no mundo acadêmico brasileiro. Nos anos 1960 ela era considerada um apêndice da Sociologia e “Jornalismo não era considerado nem uma coisa digna de figurar na atividade científica” (idem; p. 3).

A relação com os pares, ainda segundo Marques de Melo⁴, é uma das fragilidades da área. Seu depoimento sobre como começou a conseguir financiamento para pesquisas em jornalismo, demonstra bem as disputas por recursos em torno de temas de pesquisa.

“Porque, quando nós começamos na USP, na Escola de Comunicações e Artes, em 1966, 67, Comunicação era um apêndice da área de Sociologia, (...). Nós tivemos que lutar muito para dizer “sim, é uma área que tem tradição”. Porque pesquisa em Jornalismo existe desde 1690. Desde que Tobias Peucer fez as primeiras teses, lá na Universidade de Leipzig, a área vem crescendo com muita intensidade, em quantidade e qualidade. Mas aqui no Brasil não se considerava. E de um modo geral, quando começamos na USP, os processos eram todos glosados. Um dia, peguei três ou quatro processos de alunos e colegas meus e fui falar com o diretor científico da Fapesp (...), professor Flávio Fava de Moraes: “Flávio, não é possível vocês continuarem nos julgando como se fôssemos sociólogos. Nós não somos sociólogos e dessa maneira não vamos

⁴ <http://www.jornalistasecia.com.br/edicoes/protagonistas13.pdf>. Acesso em 21 janeiro de 2014

andar”. Na verdade, eu queria... Como a universidade instituiu uma escola com muitos recursos, a Fapesp tinha que apoiar a pesquisa. Ele perguntou: “Quantos doutores há na área?”. Eu disse: “Só eu e mais dois ou três”. “Mas vocês não podem aparecer, vocês são da USP”. Quer dizer, éramos cinco doutores: eu, Torquato [Gaudêncio], Thomas Farkas e mais outros, que fomos os pioneiros. “Vocês não podem aparecer nos seus próprios processos. Eu vou cortar a verba da Sociologia”. Eu disse: “Não aceitamos. Vamos fazer um recurso”. Ele disse: “Vamos buscar uma solução. Existe a figura do notório saber. Quem há de notório saber em Jornalismo no Brasil?” Aí eu respondi: “Vou fazer uma lista”. Barbosa Lima Sobrinho, José Reis, Alberto Dines, uma série de dez pessoas de notório saber e os processos começaram a fluir de outra maneira. Foi aí que começamos a furar o bloqueio. Mas em Brasília foi muito mais difícil.” (idem; p. 3).

Marques de Melo está se referindo aos anos 1960 no trecho acima, já então, o problema de uma identidade própria se colocava, era necessário provar a existência de uma tradição em pesquisa, um corpo de especialistas responsável por avaliar o desenvolvimento de novos problemas de pesquisa na área. Nesse momento, já a questão da técnica surge como objeto de disputas, estas se dão em torno da exigência de laboratórios especializados e equipamentos profissionais para os cursos de Comunicação.

A exigência passou a existir a partir dos anos 1970, mas segundo o autor, ainda demorou vários anos para ser implementada. As razões apresentadas para tanto seriam ideológicas e mercantis: as primeiras representadas pela resistência do professorado; a segunda pelos donos de escolas de jornalismo privadas. A questão tecnológica surge aí como um elemento que serviria como diferenciador entre a

Comunicação e as outras disciplinas humanísticas. Por isso a importância das figuras de notório saber ligadas ao mercado de trabalho não acadêmico.

A área de comunicação continuava a ser disseminada à imagem e semelhança dos cursos humanísticos, respaldados apenas pela sala de aula e pela biblioteca. A reivindicação de laboratórios soava como pedagogicamente incorreta, pois alguns mandatários temiam que as novas carreiras trilhassem pelos descaminhos do “tecnicismo”. (idem: p. 75)

Marques de Melo (2008) classifica esse fenômeno como “tecnofobia”. O medo de ser rotulada e vista como uma área voltada à tecnologia, onde o que ele classifica como trabalho empírico deve ter papel central. Ele destaca, já nos anos 1990, a inflexão para trabalhos na área com caráter mais experimental que teórico e isso marcaria a identidade do campo, sua diferença em relação às humanidades.

Começamos a nos distanciar organicamente do ensaísmo sociológico para adotar o perfil que efetivamente nos corresponde como integrantes do bloco das ciências sociais aplicadas, de acordo com a classificação adotada pelo sistema nacional de ciência e tecnologia. (idem: p. 79)

Mais uma vez se recorre a Bourdieu para legitimar, ou dar um lastro teórico, à luta por fortalecimento do campo. Segundo Marques de Melo (idem: p. 63) trata-se de “mais um capítulo daquela luta pelo monopólio do campo científico”. “A forma que reveste a luta inseparavelmente científica e política pela legitimidade depende da estrutura do campo, isto é, da estrutura da distribuição do capital específico de reconhecimento científico entre os participantes da luta” (BOURDIEU apud Marques de Melo: 2008; p. 63).

Nos últimos 15 anos ocorre uma retomada do processo de criação de uma tradição, de releitura e interpretação, de construção de “clássicos” que tem por objetivo, a partir dos fenômenos atuais, fazer uma leitura do passado que proporcione uma identidade a um grupo no presente. Outro elemento importante desse processo é a crítica a noção de “transdisciplinaridade”, fruto do desenvolvimento histórico da área e que busca uma separação mesmo da Comunicação Social como sugere Meditsch (2007).

A perspectiva profissional pode ser caracterizada por algumas posturas: primeiro, a de valorizar a tradição acadêmica e a cultura jornalística, recuperando a literatura específica desprezada nas últimas décadas de domínio da comunicação social; segundo, a de reafirmar os valores da profissão, tais como o interesse público, a independência, a busca da verdade, o rigor, a ética, o compromisso com a liberdade (idem: p. 52-53).

A especificação e especialização transformam-se em objetivos em contraposição à multidisciplinaridade, e o discurso de construção de uma epistemologia e uma metodologia própria começa a circular nos espaços institucionais. O caminho que tem sido trilhado para tanto é o espaço acadêmico brasileiro, sobretudo no nível de pós-graduação.

Os agentes tomam esse discurso como elemento legitimador de suas práticas, sobretudo no fortalecimento de uma ideia de cientificidade do jornalismo. Partindo da sociologia bourdiesiana – explicitamente ou não - o diagnóstico é de que é necessário reconhecimento por parte dos pares acadêmicos, e tal reconhecimento está calcado na cientificidade das práticas na academia. Para usarmos termos de Bourdieu, não são heterodoxos buscando reverter a lógica do campo, são atores que buscam

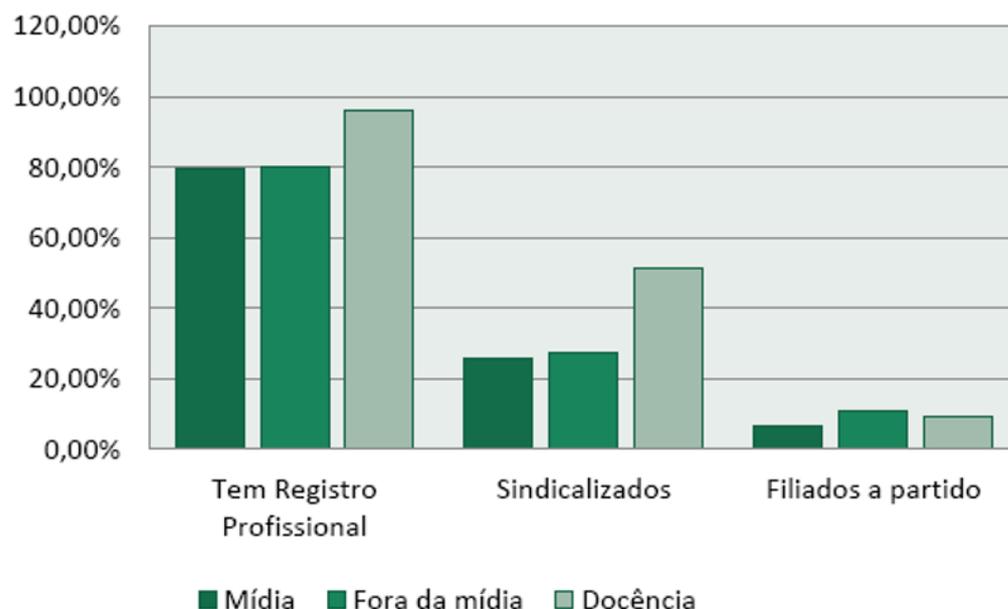
legitimar a lógica do campo acadêmico brasileiro, procuram jogar o jogo, em outros termos, procuram fazer parte da *illusio*.

Alguns resultados da pesquisa Perfil do jornalista brasileiro – Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012 (2013), realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em convênio com a Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ) e com apoio do FNPJ e SBPJor, mostram um pouco desse fenômeno.

A pesquisa foi realizada entre os meses de setembro e novembro de 2012. Contou com respostas de 2.731 jornalistas de todos os estados brasileiros. A coleta de dados ocorreu através da internet, no site perfildojornalista.ufsc.br, e-mails e telefone, com apoio da FENAJ, SBPJor e FNPJ na divulgação.

A pesquisa mostra a alta taxa de sindicalização dos jornalistas que trabalham como professores, assim como a baixa concentração em atividades de pesquisa na área de jornalismo por esses mesmos docentes. Ganha destaque também a defesa do diploma em Jornalismo para atuação na área, a posse de registro profissional é maior nessa categoria.

(Figura 1) Registro profissional, sindicalização e filiação a partidos políticos dos jornalistas brasileiros, por tipo de atividade (2012)



Fonte: Pesquisa “Perfil do jornalismo brasileiro – Etapa 1”

Segundo os dados apresentados, 96,3% dos jornalistas que atuam como professores possuem o registro profissional como jornalistas. Os sindicalizados somam 51,4% e os que atuam em organizações sociais 49,6%. São taxas maiores de organização política, sindical e profissional do que daqueles que trabalham em áreas fora da docência universitária. Mas no universo pesquisado esse grupo corresponde a apenas 5%.

(Figura 2) Jornalistas brasileiros por área de atuação profissional principal (2012)



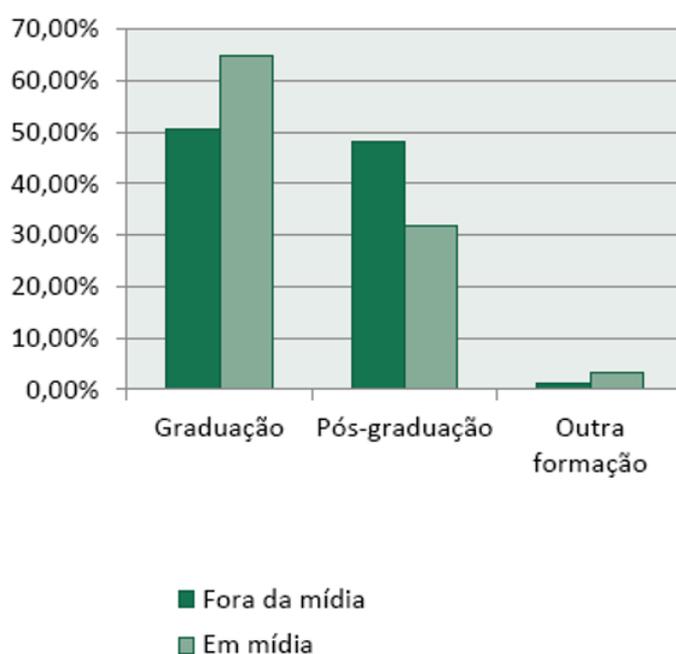
Alguns dados sobre a formação do segmento docente lançam luz sobre esse fenômeno de mobilização. Um deles é a formação na graduação, 87,9% são graduados em Jornalismo, predominantemente em instituições públicas federais, correspondendo a 70%. Os formados em instituições privadas somam 28,4%. Ainda segundo a pesquisa, quatro em cada dez dos jornalistas que trabalham predominantemente como professores exerciam a atividade em instituições públicas.

A maior formação e atuação em universidades públicas talvez seja um fator de sociabilidade que contribua para a mobilização, especialmente dos professores, dada a história do movimento sindical no setor público de educação brasileiro.

Um aspecto interessante da pesquisa é a diferenciação dada logo de início entre as categorias Mídia e Fora da Mídia. A categoria Fora da Mídia é dividida em dois grupos, aqueles que se dedicam às atividades de docência e aqueles que trabalham em assessorias de imprensa ou comunicação ou “outras instituições”, que utilizam

conhecimento jornalístico, juntos eles correspondem a 45% do total de entrevistados. Em nenhum momento, nos dados apresentados, há uma definição do que seja “conhecimento jornalístico”. Esses 45% correspondem aos que possuem maior nível de formação: 50,7% em Graduação e 48,2% em Pós-Graduação.

(Figura 3) Jornalistas brasileiros que atuam em mídia e fora da mídia por nível de formação (2012)



Fonte: Pesquisa “Perfil do jornalismo brasileiro – Etapa 1”

O próprio recorte da pesquisa, deixa transparecer a necessidade de identificação de elementos distintos do jornalismo. Para Meditsch⁵

O recente debate em torno da definição das diretrizes curriculares dos cursos de comunicação e a dramatização do fato da área de jornalismo ter se reunido em separado para tratar das diretrizes específicas reacendeu o debate sobre os dois caminhos possíveis para a expansão

⁵ <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/be746d425d2b1fb640cc120c274dff52.PDF>. Acesso em 21 de janeiro de 2014.

da área acadêmica. Os setores mais preocupados com a expansão do poder político como forma de afirmação da área acadêmica assumiram a defesa do crescimento para os lados, revivendo a estratégia do Ciespal. Já os setores que priorizam o aprofundamento do rigor teórico e científico no estudo do objeto - e a conquista de competência tecnológica - como caminhos para esta afirmação, entenderam que a ênfase nas suas especificidades é a mudança de curso necessária para o seu crescimento para cima, livrando-a de algumas gorduras que emperram seus movimentos nesta direção.

Essa busca por competência tecnológica e afirmação de especificidades ganha espaço na SBPJor criada em 2003, após a decisão da Juíza Carla Rister contra a obrigatoriedade do diploma em jornalismo para o exercício da profissão e no Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, criado em 2004 a partir de um cisão com a INTERCOM que servia de “guarda-chuva” para os Encontros de Professores de Jornalismo, que ocorreram periodicamente junto ao Congresso Anual da entidade entre 1994 e 2000. Dessa maneira, nos anos 2000 o FNPJ busca se diferenciar da INTERCOM, afirmando sua função específica em relação à formação em jornalismo.

Conclusão

O jornalismo tem testemunhado nas últimas décadas uma série de importantes transformações na produção e circulação de conteúdo, as estruturas econômica, política e institucional da imprensa têm se transformado. A própria definição de conteúdo jornalístico é problematizada diante do desenvolvimento e popularização de ferramentas tecnológicas que tornam cada vez mais acessíveis a produção e disseminação de informações.

A relação entre prática e formação acadêmica entra em cena nesse processo, em outros termos no Brasil. Não mais a partir da dicotomia entre o jornalismo romântico e o jornalismo profissional, cujo eixo central de discussão era a dicotomia entre o jornalismo com um viés mais literário, ou político partidário, que teria caracterizado o jornalismo brasileiro até os anos 1960.

Nesse período de transição entre uma imprensa provincial, personalizada e mesmo poética, foi substituída por uma imprensa moderna, com técnicas de produção de conteúdo e gerenciamento das empresas de comunicação mais racionais e linhas editoriais que passaram a adotar o discurso da objetividade na produção de conteúdo, traçando uma linha divisória entre opinião e fatos jornalísticos. (BARBOSA: 2007; ABREU 2008).

Nesse novo marco temporal, a primeira década dos anos 2000, vem à tona a dicotomia, entre a possibilidade da relação entre técnica (associada à sua versão como ciência) e liberdade de expressão. A dicotomia do debate que se apresenta pelos atores se dá em novos termos, dando relevo a um outro aspecto: a discussão sobre a regulamentação da relação de trabalho entre patrões e empregados leva sindicatos a

adotarem um discurso orientado pela expertise, se aproximando do discurso do profissionalismo. Esse discurso do profissionalismo adotado por associações sindicais é associado às reivindicações de caráter trabalhista, já tradicionais nas estratégias de disputas políticas sindicais.

Por outro lado, os discursos contrários, que argumentam que a liberdade de expressão é oposta a qualquer tipo de regulamentação, colocam a técnica (expertise) em segundo plano, em detrimento da política. São apostas em dois modelos de *habitus*, no sentido dado por Bourdieu, para o jornalista brasileiro.

Embora nas decisões judiciais ganhe destaque, em última instância, a relação capital-trabalho, ou associações patronais versus sindicatos de empregados, o espaço discursivo ao qual se remetem vai além das discussões sobre direitos sociais ligados à relações de trabalho, se expressam também através da definição de uma expertise, sua regulamentação e seu papel político, elementos associados ao discurso do profissionalismo.

O papel de mediação do jornalismo na esfera pública tem se diluído, os novos hábitos de consumo de notícias estão cada vez mais fragmentados, o que leva o público a diferentes fontes, por diferentes caminhos, gerando um processo de personalização do consumo de informações. O papel da economia, especialmente a forma como são financiadas as empresas e pessoas que produzem conteúdo e os desdobramentos políticos recentes sobre o papel desempenhado pelo Estado – visto aqui através de seus vários mecanismos específicos de regulamentação da imprensa e da ocupação de jornalística – também são importantes nessa reconfiguração do mundo do

jornalismo, tais mudanças afetam as características da ocupação, fragmentando suas fronteiras.

A resposta dada, sobretudo pelos atores fragilizados nesse processo de mudanças estruturais, é a aposta no discurso do profissionalismo, que se apresenta tanto em sindicatos como no campo acadêmico. Essa noção de profissionalização, como um processo de luta por construção de fronteiras jurisdicionais (Abbot: 1988), está ligado ao processo de criação de uma expertise – assim como o desenvolvimento de uma ética e de um ethos profissional – e as formas pelas quais os indivíduos possuidores desses conhecimentos especializados procuram criar, a partir de suas redes de relações, mecanismos que possibilitem o monopólio da prática profissional. Essa forma de interpretação nos ajudou a compreender a construção e legitimação de saberes dentro e fora do sistema acadêmico, o surgimento de identidades ocupacionais, e as relações entre grupos profissionais, os aparatos estatais e as estruturas de mercado.

Referências Bibliográficas

ALDRIDGE, Meryl; EVETTS, Julia (2003). Rethinking the conception of professionalism: the case of journalism. In: British Journal of Sociology Vol. No.54 Issue No. 4 (December 2003) pp. 547–564

ALMEIDA et al. Circulação Internacional e formação das elites brasileiras. Editora Unicamp:Campinas, SP: 2004.

ÁLVARES, Manoel. (2005). PROC. : 2001.61.00.025946-3 AC 922220. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Disponível em https://www.conjur.com.br/2005-nov-30/veja_decisao_fixa_exigencia_diploma_jornalista. Acesso em 15 de janeiro. 2014

_____ (2008) A conquista histórica no TRF – 3ª Região. In: Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade. Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, ORG. Florianópolis.

ANDRADE, Sérgio Murillo; ZUCULOTO, Valci. (2008). Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade. Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, ORG. Florianópolis.

BARBOSA, Marialva. (2007). História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X.

BENETTI, Marcia; LAGO, Claudia. (org.) (2008). Metodologia de pesquisa em jornalismo. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Mick , Jacques (Coord.). (2013). Perfil do jornalista brasileiro – Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis, SC: Insular Livros

BLANC, Alejandro. (2007) Ciências Sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. V.19. N. 1

BONELLI, Maria da Gloria. (1993) Identidade Profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais: as ciências sociais nos sistema das profissões. Campinas: UNICAMP. (Tese de Doutorado).

BOURDIEU, Pierre. (2006) O costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da magia. In: *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3 ed. Porto Alegre, RS: Zouk.

_____. (1997) *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BOURGEAULT, BENOIT, HIRSCHKORN (2009). Introduction: Comparative Perspectives on Professional Groups: Current Issues and Critical Debates. In: *Current Sociology*, July 2009 Vol. 57(4): 475–485.

BRAGA, Eugênio Carlos Ferreira. (2009). Cientistas sociais extra-universitários: identidade profissional no mercado de pesquisa. In: *Estudos de Sociologia* v. 14, n. 26. Araraquara: FCL-UNESP.

CEPÊDA, Vera Alves (2006). Estado, democracia e nação na teoria do subdesenvolvimento. *Revista Versões*, v. 1, p. 49-68.

COLLINS, Randall. (1990) Market closure and the conflict of the professions. In: *Professions in theory and history: rethinking the study of the professions*. London, Newbury Park, New Delhi: Sage Publications.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Qualificação pós-graduada no exterior. In: ALMEIDA, Ana Maria F.; CANÊDO, Leticia Bicalho; GARCIA, Afrânio; BITTENCOURT, Agneda Bernadete. (org.). *Circulação Internacional e formação das elites brasileiras*. Editora Unicamp:Campinas, SP:2004.

DINIZ, Marli (2001). Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais. Rio de Janeiro: Revan.

EVETTS, Julia (2006). Short Note: The Sociology of Professional Groups. *Current Sociology*, v 54, n 1. p. 133-143.

_____. (2006a) Trust and professionalism: challenges and occupational changes. *Current Sociology*, v 54, n 4. p. 515-531.

FERREIRA, Giovando Marcus. (2003) Em busca da disciplinarização da Comunicação: da noção de campo aos domínios de pesquisa. In: *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Loyola.

FIDALGO, Joaquim (2008). Journalists' Professional identity: new challenges to na old quest. In: "Challenges to professionalism: limitas and benefits of the Professional model" – Research Committee 52, *Sociology of Professional Groups – 5th Interim Conference of the International Sociological Association*. Oslo University College, Norway.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Considerações metodológicas sobre a pesquisa aplicada em jornalismo. In: *In IV Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo*. Porto Alegre, 2006 (CD-ROOM).

FREIDSON, Eliot. (2001) *Professionalism: the third logic*. Cambridge: Polity Press.

_____. (1996) Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, n 31, ano 11, jun.

GARCIA, José Luis. (2009) Os jornalistas e as contradições do capitalismo jornalístico no limiar do século XXI. In: GARCIA, José Luis (org.) *Estudos sobre os jornalistas portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, p. 23 – 46.

GIDDENS, Anthony. (1991) As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1991.

HEY, Ana Paula. Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

HUGHES, Everett C. (2005) [1952]. Ciclos, pontos de inflexão e carreiras. In: Teoria e Pesquisa, v 1, n 46. p. 163 – 173.

KUHN, Thomas S. (1998) A estrutura das revoluções científicas. 5 ed. São Paulo: Perspectiva.

LARSON, Magali Sarfati. (1977) The rise of professionalism – a sociological analysis. Los Angeles/London: University of California Press. p. x- xviii.

LATTMAN – WELTMAN, Fernando. (2003) Mídia e transição democrática: a (des) institucionalização do pan-óptico no Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de. LATTMAN

– WELTMAN, Fernando, KORNIS, Mônica Almeida. Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção. Rio de Janeiro, RJ: FGV. p, 129 – 183.

LOPES, Maria Immacolata V. (2006). O campo da comunicação, sua constituição, desafios e dilemas. Famecos, Porto Alegre, n. 30, agosto de 2006.

_____ (2003). Sobre o estatuto disciplinar do campo da comunicação. In: Epistemologia da Comunicação. São Paulo: Loyola

MARTINO, L. C. (2007) Uma questão prévia: existem teorias da comunicação? In: MARTINO, L. C. (org.) Teorias da Comunicação: muitas ou poucas? Cotia, SP: Ateliê Editorial, p. 13 – 42.

MARTINS, Carlos Benedito. (2005) Notas sobre a formação do sistema nacional de pós-graduação. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.) Para onde vai a pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil. Bauru,SP: EDUSC.

MELO, José Marques de. (2009). Jornalismo brasileiro não avança por arrogância do mercado e da Academia. In: Jornalistas & Cia. Ed. 13. Disponível em: <http://www.jornalistasecia.com.br/edicoes/protagonistas13.pdf> . Acesso em 21 de janeiro de 2014.

_____. Os interlocutores brasileiros do Ciespal no período desenvolvimentista. In: Barbosa et. al. Comunicação, educação e cultura na era digital. São Paulo: Intercom (Coleção Intercom de Comunicação, n 23)

_____. (2006) Teoria do jornalismo – identidades brasileiras. São Paulo, SP: Paulus.

_____. (2003) Midiologia brasileira o resgate das fontes paradigmáticas. In: Epistemologia da Comunicação. São Paulo: Loyola

_____. (2003a) Jornalismo Brasileiro. Porto Alegre: Sulina.

MEDITSCH, Eduardo (1999). Ciespal trouxe progresso... e o problema do comunicólogo. In. MELO, José Marques de. e GOBBI, Maria Cristina (org). Gênese do Pensamento Comunicacional latino-americano: o protagonismo das instituições pioneiras – CIESPAL, ICINFORM, ININCO. São Bernardo do Campo: UMESP – SP, Cátedra UNESCO de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. (Anais da Escola Latino Americana de Comunicação, 3).

_____.(s/d) Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/be746d425d2b1fb640cc120c274dff52.PDF>. Acesso em 21 de janeiro de 2014.

MENDES, Ricardo Fontes (1997). As disputas no campo profissional do jornalismo. São Carlos: UFSCar. 120 p. Dissertação de Mestrado.

MICELI, Sérgio. (1989) Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. In: História das Ciências Sociais no Brasil v. 1, São Paulo: IDESP, Vértice, FINEP.

MOURA, Claudia Peixoto de. (2001). Curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares. Famecos, n. 14, Porto Alegre, abril de 2001.

MOURA, Dione de Oliveira (2004). A institucionalização da pesquisa em jornalismo e a criação da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Estudos em jornalismo e Mídia, v. 1 n. 2, Florianópolis. p. 211 – 215.

NASCIMENTO, Lerisson Christian. (2008) Profissionalização do jornalismo em Mossoró/RN: profissionalismo e poder local. São Carlos: UFSCar, 94 p. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais)

NAVARRO, Raúl Fuentes. (2003) La producción social de sentido sobre la producción social de sentido: hacia la construcción de um marco epistemológico para los estudios de la comunicación. In: Epistemologia da Comunicação. São Paulo: Loyola

NETO, Antonio Fausto (1996). Condições da pesquisa em Comunicação no Brasil. Famecos, n. 5 Porto Alegre.

NEVEU, Éric. (2006) Sociologia do Jornalismo. 1 ed. São Paulo: Edições Loyola.

PALACIOS, Luis Ángel Ortiz. (1999) Acción, significado y estructura em la teoria de A. Giddens. Convergencia (Universidad Autónoma Del Estado de Mexico).

Ano 6, n. 20.

PARSONS, Talcott - Las profesiones y la estructura social in: Parsons, T, Ensayos de Teoria Sociológica, B. Aires,. Paidós, 1967.

PETRARCA, Fernanda Rios. (2010). Construção do Estado, esfera política e profissionalização do jornalismo no Brasil. In: Revista de Sociologia e Política, v.18, n 35, p. 81-94, Curitiba.

POLANYI, Karl. (2000) A grande transformação: as origens da nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

PUBLIFOLHA (2006). Jornalista (Série Profissões). São Paulo: Publifolha.

ROCHA, Paula Melani. (1997). A profissionalização num jornal popular: a concepção da notícia e a representação social sobre os leitores no Notícias Populares. São Carlos: UFSCar. 118 p. Dissertação de Mestrado.

SELANDER, Staffan. (1990). Associative strategies in the process of professionalization: professional strategies and scientification of occupations. In: Professions in theory and history: rethinking the study of the professions. London, Newbury Park, New Delhi: Sage Publications.

SHINN, T.; RAGOUET, P. Controvérsias sobre a ciência: por uma sociologia transversalista da atividade científica. São Paulo: Associação Filosófica Scientia Studia: Editora 34.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMOS – SBPJor. (2008). Tema - A construção do campo do Jornalismo no Brasil. Disponível em: <http://www.sbpjor.org.br/6sbpjor/index.php?sbpjor=tema>. Acesso em 19 de janeiro de 2014.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMOS – SBPJor. (2009). Nota da SBPJor sobre a extinção da obrigatoriedade da formação superior em Jornalismo para o exercício profissional. Disponível em: <http://sbpjor.org.br/sbpjor/2009/07/03/nota-da-sbpjor-sobre-a-extincao-da-obrigatoriedade-da-formacao-superior-em-jornalismo-para-o-exercicio-profissional/>. Acesso em 18 de janeiro de 2014.

SODRE, Nelson Werneck. (1977). História da Imprensa no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal.

TIRYAKIAN, Edward A. O trabalho em Émile Durkheim. In. SPURK, Jan; MERCURE, Daniel (orgs.) O trabalho na história do pensamento ocidental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 215 – 233.

TOMBOSI, O (2003). Elementos para uma epistemologia do jornalismo. In: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v.26, n.2, p. 40-52. jul./dez.

TRAQUINA, Nélon. (2006) New (and old) trends in journalism research. Brazilian Journalism Research. V. 2. N. 1.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro (2001). A comunidade científica, o Estado e as universidades no atual estágio de desenvolvimento científico e tecnológico. In: Sociologias ano 3, n. 6, jul/dez p. 30-50